

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
VICE-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
INSTITUTO GOIANO DE PRÉ-HISTÓRIA E ANTROPOLOGIA – IGPA
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Thaise Cristiane de Abreu Prudente



COTIDIANO E PRESERVAÇÃO: ASILO SÃO VICENTE DE PAULO DA CIDADE DE GOIÁS

GOIÂNIA

2006

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
VICE-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
INSTITUTO GOIANO DE PRÉ-HISTÓRIA E ANTROPOLOGIA – IGPA
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Thaise Cristiane de Abreu Prudente



COTIDIANO E PRESERVAÇÃO: ASILO SÃO VICENTE DE PAULO DA CIDADE DE GOIÁS

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Coordenação do Curso de Mestrado Profissional, para obtenção do Diploma de Mestre em Gestor do Patrimônio Cultural, sob a orientação do Prof. Dr. Roque de Barros Laraia.

GOIÂNIA

2006

PRUDENTE, Thaise Cristiane de Abreu

Cotidiano e Preservação no Asilo São Vicente de Paulo da Cidade de Goiás. /
Thaise Cristiane de Abreu Prudente. – Goiânia, 2006.

133 f.

Orientador: Dr. Roque de Barros Laraia

Dissertação (Mestrado) – Universidade Católica de Goiás, Instituto Goiano de
Pré-História e Antropologia, 2006.

1. Cidade de Goiás. 2. Patrimônio. 3. Asilo São Vicente de Paulo. 4. Idosos. 5.
Deficientes mentais. I. Título.

CDU

DEDICATÓRIA

À minha mãe, que além de custear o mestrado, na pré-escola esforçou-se

em elucidar minha capacidade
intelectual.

AGRADECIMENTOS

Ao profº Drº Roque Laraia, que orientou-me quando já não havia mais tempo sequer para o sagrado vocábulo, paciência.

*A vida tem duas faces:
Positiva e negativa
O passado foi duro, mas deixou o seu legado.
Saber viver é a grande sabedoria
Que eu possa dignificar
Minha condição de mulher,
Aceitar suas limitações*

*E me fazer pedra de segurança
dos valores que vão desmoronando.
Nasci em tempos rudes
Aceitei contradições, lutas e pedras
como lições de vida e delas me sirvo.
Aprendi a viver.*

Cora Coralina

RESUMO

PRUDENTE, Thaise Cristiane de Abreu. *Cotidiano e Preservação: Asilo São Vicente de Paulo da Cidade de Goiás*. 2006. 133 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia, Universidade Católica de Goiás. Goiânia, 2006.

Fruto de uma reflexão sobre o dinamismo social frente à preservação, este trabalho objetiva analisar o cotidiano no Asilo São Vicente de Paulo em meio a preservação patrimonial. Para tanto, engendra-se uma pesquisa acerca da história de Goiás, bem como da instalação da Igreja Católica, responsável pela construção do referido asilo. Como os internos deste asilo são idosos e portadores de necessidades especiais, então aborda-se um estudo sobre esses dois âmbitos. Para compreender a vivência no asilo frente aos bens culturais, como o próprio prédio, compara-se esse asilo com outros locais históricos como Williamsburg nos Estados Unidos e Ouro Preto em Minas Gerais. Tece considerações, por fim, sobre a etnografia do asilo, analisando como se processam as relações sociais em meio às referências culturais do começo do século XX.

Palavras-chave: Cidade de Goiás; Patrimônio; Asilo São Vicente de Paulo; Velhos; Deficientes mentais.

ABSTRACT

PRUDENTE, Thaise Cristiane de Abreu. *Daily Preservation: Asylum Is Vicente of Paulo of Goiás City*. 2006. 133 f. Dissertation (Master's degree) – Institute Goiano of daily Pay-history and Anthropology, University Catholic of Goiás. Goiânia, 2006.

Fruit of a reflection on the social dynamism front to the preservation, this objective work to analyze the daily one in the Asylum Is Vicente de Paulo in way to the old corporeal properties. For in such a way, do one searches concerning the history of Goiás, as well as of the installation of the Church Catholic, responsible for the construction of the related asylum. As the interns of this asylum they are aged and carrying of necessities special, then a study is approached on these two scopes. To understand the experience in the asylum front to the old goods, then we compare the analysis of this asylum with the one of other historical places as Williamsburg in the United States and Ouro Preto in Minas Gerais. It weaves considerations, finally, on the ethnography of a daily one in the asylum, analyzing as if they process the social relations with furniture and utensils of the start of century XX.

Key-words: City of Goiás; Patrimony; Asylum Is Vicente de Paulo; Aged; Deficient mental.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I	
HISTÓRIA DA CIDADE DE GOIÁS	14
1.1 A fundação da Cidade de Goiás	14
1.2 Instalação da Igreja Católica: Construção do Asilo São Vicente de Paulo pela Igreja	21
CAPÍTULO II	
VELHOS E DEFICIENTES: MORADORES DO ASILO SÃO VICENTE DE PAULO	26
2.1 Velhos e Memória: uma questão em debate	26
2.2 A deficiência mental	36
2.2.1 A deficiência mental em Goiás	37
CAPÍTULO III	

	10
O PATRIMÔNIO E O CONVÍVIO COM O ANTIGO	41
3.1 A idéia de Patrimônio no Brasil	41
3.2 Título de Patrimônio e atividades cotidianas: Williamsburg e Ouro Preto	52
CAPÍTULO IV	
HISTÓRIA E COTIDIANO DO ASILO SÃO VICENTE DE PAULO	63
4.1 O Asilo São Vicente de Paulo sob uma perspectiva histórica	64
4.2 A estrutura do Asilo São Vicente de Paulo	
68 4.3 A Jornada diária	
74	
4.4 Os significados das atividades cotidianas em meio ao antigo	80
CONSIDERAÇÕES FINAIS	87
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	91
ANEXOS	97
ANEXO A – Depoimento da Ir. Verônica	97
ANEXO B – Depoimento da Ir. Acirema Vieira Souza	100
ANEXO C – Depoimento da Ir. Minervina	101
ANEXO D – Depoimento da Tia Tó (Autolinda B. Borges)	102
ANEXO E – Depoimento de Salma Saddi Wares de Paiva	103
ANEXO F – Fotos do Asilo	104
ANEXO G – Documento da História de Fundação do asilo	120
ANEXO H – Cartas de cessões	129

INTRODUÇÃO

O Arraial de Sant' Anna, do qual decorreu a denominação de Vila Boa e atualmente de Cidade de Goiás, surgiu em 1727 em meio à expansão territorial à procura de ouro. Após a queda do ouro, cinquenta anos mais tarde, o Estado empobreceu-se, situação que se estabeleceu até o final do século XIX. Nesta época os dominicanos e vicentinos se instauraram na cidade; sendo que estes últimos planejavam a abertura de um asilo para minimizar a mendicância na cidade, que, por sua vez, decorreu do contexto de pobreza instaurado no século XIX.

Ao lado da Capela de São Vicente de Paulo, o asilo com mesmo nome é construído em 1909. Os vicentinos embora fossem mantenedores do asilo, contaram com a participação dos dominicanos, que desde a inauguração geriram os serviços internos do asilo. Ainda que a motivação inicial fosse construir um espaço para mendigos, hoje o asilo comporta idosos e portadores de necessidades especiais. O Asilo é considerado pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) como um bem de relevância histórico-cultural localizado na área do Entorno da área de tombamento.

Objetiva-se aqui analisar o cotidiano no Asilo São Vicente de Paulo frente a preservação de seu patrimônio, de modo que se compreenda a relação do dinamismo urbano junto à preservação de referências culturais locais e que se reflita acerca da localização espacial, sob a perspectiva de Pierre Bourdieu (1989, 2001), de um ambiente que abarca os sujeitos sociais recusados pela própria sociedade.

Para tanto, utilizamos uma metodologia de pesquisa bibliográfica e trabalho de campo. A pesquisa bibliográfica abrange, mormente, as obras do Padre Palacín (1976, 1994, 1995) quanto à história local; de Norberto Bobbio (1997) quanto aos idosos (ou velhos, como o autor denomina), do psicanalista Miguel Angel Vergudo Alonso (1994, 2006a, 2006b) quanto à caracterização da deficiência mental, de Cecília Londres Fonseca (1997) quanto ao patrimônio no Brasil e José Reginaldo Santos Gonçalves (2006) quanto à comparação de Williamsburg e Ouro Preto. Quanto à pesquisa de campo, esta é feita por meio de entrevista com freiras dominicanas, ativistas da cidade e profissionais do IPHAN.

Este trabalho foi motivado pelas visitas ao Asilo São Vicente de Paulo, presidido então pela caridosa Ir. Aspásia, em que averiguamos a importância histórico-cultural e social deste espaço e fomos estimulados pela irmã para, segundo ela, “contar o que foi e o que é o asilo”, ou seja analisar seu processo histórico e sua atualidade, no tocante ao seu papel sócio-cultural.

A justificativa desse trabalho está na análise de um espaço de grande relevância social, que acolhe os que são socialmente excluídos. Ademais, esse trabalho é original, já que nenhuma pesquisa foi empreendida com relação ao Asilo São Vicente de Paulo.

A problemática está em identificar em que âmbitos pode-se perceber o cotidiano frente aos bens materiais da época da inauguração do asilo e o que representam os bens materiais para os moradores do asilo e da cidade. Como hipótese acreditamos que a relação do presente com bens do passado seja harmoniosa.

O primeiro capítulo trata da história de Goiás e da instauração da Igreja católica, que no final do século XIX já planeja erigir o asilo. Analisando, pois, a influência do ciclo aurífero, bem como a decorrência da pobreza em Goiás no século XIX, cujo cenário só sofre bruscas transformações com o advento da Revolução de 1930, quando o Asilo São Vicente de Paulo já havia sido construído há mais de duas décadas (em 1909), ou seja, é em

meio a uma situação econômica deficitária que projeta-se a construção de um espaço para os socialmente excluídos.

O segundo capítulo refere-se a uma análise de velhos e deficientes enquanto categorias sociais, que é engendrada em função de ser esse o público interno no asilo. Ao se analisar os idosos, em geral, relaciona-se a eles a discussão de memória, aqui empreendida. No que tange aos portadores de necessidades especiais, deve-se tecer considerações conceituais sobre eles para compreender quem são os internos do Asilo São Vicente de Paulo.

O terceiro capítulo consiste em uma reflexão sobre o patrimônio e uma comparação entre Williamsburg, Ouro Preto e Goiás. Os moradores do asilo vivem seu cotidiano preservando os bens culturais, como a estrutura predial, ao contrário de Williamsburg e Ouro Preto, em que o presente e passado não vivem em harmonia, já que este último foi reinventado. Antes de se refletir sobre patrimônio, porém, relembra-se o conceito de cultura, refletindo sobre o desenvolvimento das discussões do patrimônio cultural no Brasil no século XX, de modo que se sobressalta a discussão sobre autenticidade empreendida por Gonçalves (2006). A partir dessa discussão é que se compara Williamsburg, Ouro Preto e Goiás.

Por fim, no quarto capítulo, é realizada uma análise etnográfica do Asilo São Vicente de Paulo, tecendo um inventário do mesmo e descrevendo a jornada diária do asilo em meio a dicotomia tradição-moderno sobre um prisma antropológico, de modo que se analisa as razões de sua localização espacial no entorno do Centro Histórico e não em seu interior.

CAPÍTULO I

HISTÓRIA DA CIDADE DE GOIÁS

O Passado...

*Homens sem pressa, talvez cansados,
descem com leva madeirões pesados,
lavrados por escravos em rudes simetrias, do tempo das acutas.*

Inclémência.

Caem pedaços na calçada.

Passantes cautelosos desviam-se com prudência.

Que importa a eles o sobrado?

(Cora Coralina)

A historiografia goiana tem como alicerce o Padre Luis Palacín (1976, 1994, 1995), estudioso, que foi pesquisador da história de Goiás de exímia envergadura acadêmica e professor da Universidade Federal de Goiás e da Universidade Estadual de Goiás. Destacam-se também Paulo Bertran (1996), Mari Baiocchi (1983), Gilka Salles (1992), dentre outros. Em virtude disso, são aqui analisadas as mais variadas obras destes autores. Não se pretende, contudo, empreender um minucioso tratado histórico, haja visto que o objetivo do trabalho não requer essa tarefa.

1.1 A fundação da Cidade de Goiás

As penetrações no interior do Brasil tiveram início no final do século XVI, em razão da procura do índio como mão-de-obra, entretanto, essas ocupações, conforme Palacín e Sant' Anna Moraes (1994), não fixaram homem ao solo. Foi no século XVIII que estabeleceu-se a efetiva ocupação territorial através da mineração. Assim, com a formação aurífera foram sendo erguidos os primeiros casebres às margens do Rio Vermelho.

Para que o interior do país fosse ocupado, a Coroa estabeleceu incentivos governamentais para a busca de metais. Em razão disso, surgiu a significativa bandeira, segundo Palacín e Sant' Anna Moraes (1994), organizada pelos paulistas Bartolomeu Bueno da Silva (filho), João Leite Ortiz e Domingos do Prado que saíram de São Paulo em 1722 e descobriram as lavras de Goiás em 1725. Bartolomeu Bueno da Silva encontrou várias minas na região, sendo, pois, nomeado pelo conde da Capitania de São Paulo como Superintendente das Minas de Goiás (*idem*).

Formaram-se mitos como o colocar fogo em álcool, a que os índios teriam interpretado como fogo em água. No entanto, essa relação mito-história é freqüente na fundação de uma comunidade, conforme Leach:

Todas as sociedades humanas, grandes ou pequenas, elaboradas ou simples, têm suas histórias tradicionais. Sejam verdadeiras ou falsas, ou parcialmente verdadeiras e parcialmente falsas, todas essas histórias funcionam como mitos de origem, como documentos da existência humana; elas explicam ao iniciado ou ao principiante como é que 'nós' começamos e como é que 'nós' chegamos ao que somos hoje (LEACH, 1982, pp. 58-59).

Vários mitos fundadores surgiram como os índios terem chamado Bartolomeu (pai) de Anhanguera, ou em português diabo-velho, mas como poderiam índios que falavam a língua goyá chamar alguém por um nome na língua tupi?

Fato é que as primeiras minas foram descobertas pelos paulistas, que haviam sido expulsos das Minas Gerais na Guerra dos emboabas. Neste momento Goiás e Cuiabá eram parte do percurso das minas e em razão da rede fluvial facilitadora de locomoção, os paulistas partiram para o Mato Grosso. Com efeito, as descobertas auríferas iniciais estabeleceram-se nas porções sulinas de Goiás, entretanto logo sucederam outras, atingindo a região do norte do Estado (Tocantins), onde se averiguam as mais ricas minas de Goiás.

A população inicial se fundava em “arraiais” e o primeiro aglomerado urbano se deu em 1727, fundado por Bartolomeu Bueno (filho), o Arraial Sant’Anna, próximo ao Rio Vermelho, que logo, em 1739, se tornou Vila Boa de Goiás, em homenagem a Bartolomeu Bueno e aos índios Goyazes, dez anos depois se tornou a capital Vila Boa e em 8 de novembro de 1749, com a chegada do primeiro Governador e Capitão General, D. Marcos de Noronha, o Conde dos Arcos, elevou-se a Comarca de Goiás separou-se de São Paulo, tornando-se Capitania Geral, tendo por capital Vila Boa.

A sociedade que no povoado ia-se formando, conforme Chaim (1978), estava em constantes disputas em razão do choque de grupos que disputavam os veios e as lavras. Mas, explica Bourdieu que:

Sem dúvida, os agentes constroem a realidade social; sem dúvida, entram em lutas e relações visando a impor sua visão, mas eles fazem sempre com pontos de vista, interesses e referenciais determinados pela posição que ocupam no mesmo mundo que pretendem transformar ou conservar (1989, p. 8).

De acordo com Palacín; Garcia; Amado (1995), o povoamento da região foi de significativa irregularidade e instabilidade, graças a mineração do ouro que incitava o surgimento de uma povoação onde havia ouro e o desaparecimento desta, sem planejamento nem ordem, quando o ouro se esgotava. Pohl (1976) vai ao encontro dos autores ao descrever a intensa mobilidade da população no século XVIII. A esse respeito Alencastre (1864, p. 27) afere sobre Goiás como:

Uma vasta feitoria, cuja população, dividida em turmas de operários mineiros, sob a direção do guarda-mór territorial, se movia em todas as direções, parava onde havia trabalho, não tendo amor ao lar doméstico nem afeição ao solo.

Para Chaim (1978), Goiás era marcado pelo pluriculturalismo. Aliás, na época colonial, o “encontro” de portugueses, índios e africanos era marcado por um sincretismo cultural, ainda que predominasse o domínio dos brancos europeus. A diversidade e a pluralidade marcam esse período não só na região das Minas, como em toda a colônia. O sistema comercial que trazia o europeu e o escravo negro, trazia também seus bens e valores culturais. Tão marcante era a pluralidade cultural que o viajante Saint-Hilaire (1932), que esteve no Brasil entre 1817 e 1822, disse que havia o Brasil, mas não havia brasileiros. Segundo Furtado (2000, p. 8): “Por toda parte, nos nomes dos acidentes geográficos, nos pratos culinários, nas cantigas, nas histórias de ninar refletia-se a mistura das culturas indígena, negra e européia”.

Goiás foi o segundo produtor de ouro do Brasil, mas cerca de seis vezes inferior a Minas. Contudo, o ciclo aurífero durou apenas cerca de 50 anos. As jazidas sedimentares do ouro de aluvião eram as mais comuns, embora houvesse as formações rochosas com veios auríferos na pedra.

Conforme Bertran (1988), a economia na capitania na época colonial baseava-se na extração de ouro, sendo comércio de cunho interno, com a importação dos gêneros de primeira necessidade e dos manufaturados, mesmo porque as ligações diretas com o exterior foram proibidas por Portugal para conter o contrabando do ouro, mas esta em todas as regiões auríferas. A essas ligações com o exterior, João Crispiano de Abreu acrescenta que em 1737 a navegação pelo Tocantins foi proibida firmando a política isolacionista portuguesa. Até quase o final do século XVIII (só em 1782 a rota fluvial pelo Norte deixa de ser interdita) os centros abastecedores eram alcançados orientados para o Centro-Sul através de São Paulo ou de Minas Gerais, rumo ao Rio de Janeiro.

Segundo Gilka Salles (1992), a mão de obra predominante era escrava, seja no ciclo do ouro, seja depois dele. O negro escravo foi o braço forte na mineração, mais tarde na agricultura e depois carregou a marca histórica de mão-de-obra e se tornou a classe menos favorecida que Baiocchi (1983) chama de assalariada.

No que tange à formação populacional, em 1750, a Capitania de Goiás possuía pouco menos de 40.000 habitantes, tendo sido dobrada a população com relação a sua fundação cerca de 25 anos antes. A população prosseguiu aumentando, havendo em 1783 quase 80.000 habitantes. Paulo Bertran (1996) traz um documento da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro acerca do número de habitantes em 1783, o qual diz que havia 825 brancos, 591 brancas, 616 pardos, 644 pardas, 269 pretos forros, 535 pretas forras e 4.689 pretos, pretas e pardos cativos. É notável a disparidade dos números entre cativos e brancos. Palacín, Garcia e Amado (1995, p. 182) complementam Bertran ao afirmar que:

No final do período colonial...os pobres – mulatos, negros forros, aventureiros fugitivos, indivíduos sem ocupação, muitos transformados em mendigos – constituíam grande parte da população, somente suplantados em número pela maioria de escravos, que não eram considerados pessoas, mas mercadorias.

Palacín (1994) salienta que após a segunda metade do século XVIII, Portugal começou a decair progressivamente, coincidindo com o decréscimo da produtividade e do volume médio da produção das minas do Brasil. A produção bruta das minas de Goiás caiu progressivamente a partir de 1778, devido a escassez dos metais das minas conhecidas, a ausência de novas descobertas e o decréscimo progressivo do rendimento por escravo. Com isso, no final do século XVIII, as pastagens naturais se transformaram em centros de criatório.

Com a decadência do período aurífero, Goiás torna-se um estado isolado, pouco povoado, quase integralmente rural, com uma economia de subsistência (PALACÍN; SANT'ANNA MORAES, 1994).

Entretanto, Noé Sandes (2002) ao relacionar a história de Goiás com a construção de sua identidade, acredita que o período aurífero tenha sido demasiado pequeno para sedimentar uma marca no processo identitário da nova sociedade, tendo esse período menor importância a que a historiografia lhe atribui.

Segundo Palacín (1983), com o advento do Império, em 1822, o quadro geral da ocupação de Goiás não se modificou sensivelmente. Mas, o processo de independência em Goiás ocorreu gradativamente como em todo Brasil. Formaram-se juntas administrativas possibilitando as disputas pelo poder.

Houve insatisfações administrativas, sobretudo do clero, que considerava-se lesado em seus interesses, mas não tiveram força política. Com efeito, os grupos locais, com diferentes idéias e objetivando o poder entravam em choque, porém a situação ficava dominada por conchavos políticos entre as famílias ricas e influentes, quais sejam: o Rodrigues Jardim, os Fleurys, os Bulhões, que participaram da conjuntura política de Goiás Província e se estabeleceram nas diretrizes oligárquicas até o fim da dita Republica Velha.

No século XIX, a pecuária extensiva torna-se uma das principais atividades econômicas resultando em heterogeneidade do crescimento, cujo elemento agravador era a dificuldade de comunicação que freava uma possibilidade de desenvolvimento provincial. A diferença do crescimento econômico e populacional pode ser observado na descrição que Pohl (1976) promove percorrendo os sertões do Araguaia em 1820, em que afirma deparar-se com poucas povoações e bastante pobres e abandonadas.

A economia tendeu a uma ruralização progressivamente mais acentuada e os antigos centros mineradores decadentes não foram substituídos por povoações dinâmicas. No início do século XIX, os núcleos urbanos eram pobres e em pequeno número, com destaque para Meia Ponte (atual Pirenópolis) e Vila Boa de Goiás. Saint-Hilaire (1932) descreve que em 1809 (quando ainda não havia chegado na região) Vila Boa dispunha de cerca de 900 casas.

Alencastre (1864) adverte que o prejuízo à expansão do povoamento também deveu-se a questão indígena, uma vez que, embora, no início do século XIX os indígenas do Sul da capitania já tivessem sido “civilizados” ou exterminados, no Norte constituíam-se como empecilhos às comunicações fluviais e ao povoamento desta região. Com isso, a Corte reiterou, em carta régia de 5 de setembro de 1811, a necessidade de pacificar os Carajá, Apinagé, Xavante, Xerente e Canoeiro, mas seria permitido intimidá-los e até destruí-los.

Durante o século XIX a população de Goiás aumentou continuamente e a pecuária tornou-se o setor dinâmico da economia. Neste século, a política de aldeamento indígena passou a ser adotada com maior nitidez, para resolver a escassez de mão-de-obra para a pecuária e navegação, bem como para amenizar a hostilidade do silvícola. Assim, apesar de grandes problemas, o povoamento se expandiu neste período. Foi o governador Luís da Cunha Menezes quem ofereceu os primeiros dados populacionais, afirmando ter em Goiás

58829 habitantes em 1781. Já em 1837 a população girava em torno de 117000 habitantes, mas em 1854 saltou para 160.000 (PALACÍN; SANT'ANNA MORAES, 1994).

No tocante à agricultura, esta passou a ser promovida desde 1770 com o governador D. José Almeida Vasconcellos que percebeu o inevitável esgotamento do ouro e as fortes secas que geravam fome e miséria. Alencastre (1864) afirma que Vasconcellos acreditava que apenas com o aumento das áreas de plantio, findariam as crises alimentícias que se abatiam sobre a Capitania. Seus sucessores, porém, inviabilizaram sua política de valorização da agricultura.

Com isso, no início do século XIX, conforme Funes (1986), a agricultura mostra-se ainda profundamente rudimentar, contando com pouca produtividade. Mas, em 1804, D. Francisco Mascarenhas retomou o projeto de valorização da agricultura. Ainda sim no transcorrer dos oitocentos, a crise alimentícia é um forte agravante na sociedade, que submete-se a sazonalidade, tendo comida apenas quando da colheita. De acordo com Sônia Maria de Magalhães (2004a, p. 11):

Ainda que surtisses algum efeito, as ações administrativas, apenas paliativas, se mostraram ineficazes no combate às crises alimentícias em Goiás ao longo do século XIX. Por meio da documentação estudada, percebe-se que a escassez, a carestia e, por vezes, a fome declarada afligiram cronicamente aquela sociedade. A ação dos atravessadores, a sazonalidade climática, a falta de estímulo à agricultura, a ausência de técnicas, a falta de braços, os altos impostos, as dificuldades de comércio e transporte são fatores que se cruzam e entrecruzam para justificar aquela realidade.

Portanto, uma série de problemas permeavam Goiás no transcorrer do século XIX como: carência de meios de transporte e comunicação, grandes distancias, descasos administrativos, desequilíbrio entre receita e despesa, ausência de um produto econômico básico, impossibilitando-lhe um crescimento graduado.

Nas últimas décadas do século XIX, grupos mostraram insatisfação com a administração e fundaram os partidos políticos: Liberal (1878) e Conservador (1882). Para a propulsão de sua idéias utilizaram os jornais: Tribuna Livre, Publicados Goianos, Comércio, Goyaz. Com isso, fortificaram-se os grupos políticos locais, difundindo as bases das oligarquias goianas.

A partir da última década do século XIX a ferrovia aproximou-se do estado de Goiás e depois chegou até o estado, transformando-o economicamente, acabando por estabilizar e fundar novos povoados. Porém, a Cidade de Goiás, capital do Estado ficou estagnada em razão da falta de comunicação fácil, das montanhas que a envolvem impedindo grande crescimento e devido a seu afastamento dos grandes centros do litoral, dessa forma, entre 1890 e 1914, não foi edificada uma casa por ano na cidade (MORAES, 1995).

Os arraiais foram posteriores à ruralização, mas no início do século XX a maioria da população estava concentrada na área rural, trabalhando na pecuária e agricultura. A ruralização fixa os indivíduos e famílias, em grandes e pequenos pedaços de terra, aí o elemento negro está sempre presente, dada sua expressividade numérica, mas suas condições de vida são precárias (BAIOCCHI, 1983).

A Lei Áurea não causou surpresa porque havia muito era esperada. Não deve ter afetado a economia agro-pastoril por ter libertado cerca de 4.000 escravos frente a 200.000 habitantes. A lei, então, não trouxe grandes efeitos, senão administrativos e políticos: o liberto foi levado ao marginalismo social; as elites dominantes permaneceram as mesmas; a pecuária e agricultura seguiram deficitárias; a educação continuou precária.

Os Bulhões persistiram como donos do poder. No entanto, em 1908, em decorrência da sucessão senatorial, Goiás viveu clima de intranquilidade política, desaguando numa revolução (1909). Houve uma luta política por poder, da qual os Bulhões saíram vitoriosos apoiados por Eugenio Jardim e Antônio Ramos Caiado, que acabaram por tornar-se fortes políticos regional e nacionalmente. Os Bulhões só perderam força política quando houve desentendimento entre eles mesmos e entre eles e os Jardim-Caiado. Como resultado, o Caiadismo se fortaleceu.

Portanto, Goiás foi ocupado por busca aurífera, mas a extração durou cinco décadas, resultando em cenário de pobreza. É esta pobreza que possibilita pensar, no final do século XIX, em um espaço para mendigos. As três primeiras décadas do século XX não mudaram a situação sócio-política do Estado, que continuou isolado pouco povoado e rural. Uma grande mudança no cenário ocorre após a Revolução de 1930, da qual decorre a construção de Goiânia em 1937, a partir de então, sobretudo, após a construção de Brasília, há a ampliação de estradas de ferro, criação de universidades, o Estado se expande,

enquanto isso a Cidade de Goiás continua dinâmica, mas preservando o patrimônio cultural, tanto material quanto imaterial. Desse modo, a organização social alicerçada na convivência com o patrimônio esclarece as marcas identitárias locais (BARTH, 1998).

1.2 Instalação da Igreja Católica e a construção do Asilo São Vicente de Paulo

No Brasil, a igreja instala-se desde o início da colonização portuguesa, com a chegada dos jesuítas catequizadores. Instalou-se aqui o regime do Padroado, que submeteu a igreja ao poder do Estado.

No século XIX, a Igreja estabelece a romanização, com o intuito de diluir as práticas religiosas leigas, centralizando a Paróquia como instituição onde devem ocorrer as devoções religiosas. Um reflexo da romanização, pode ser percebida no final do século XIX, que a partir das discussões da Encíclica Rerum Novarum de leão XIII em 1891, o Vaticano começa a preocupar-se cuidadosamente com a questão da terra e do trabalho, mormente, após a instalação dos ideais marxistas juntos aos trabalhadores, abduzindo-os da religião.

Como decorrência disso, a Igreja oficial orienta os devotos à extinção do catolicismo devocional em prol do catolicismo sacramental, que é o oficial romano. Com efeito, segue-se a desvalorização de práticas leigas como as Irmandades, as Confrarias e as festas religiosas. Com relação ao regime instituído entre Igreja e Estado e as práticas leigas estabelecidas, a historiadora Cristina de Cássia Pereira Moraes (1999, p. 488) salienta que:

O padroado direccionou e determinou toda a vida colonial e as Irmandades actuaram como força auxiliar, complementar e substituta das Igrejas fazendo a intermediação e propondo facilitar a vida social, desenvolvendo tarefas que seriam da alçada do poder público.

Na Cidade de Goiás, a classe dominante local empreendeu o controle dos rituais e crenças não institucionalizados, sobretudo, aqueles mais freqüentes, os africanos, praticados mesmo com as proibições da Igreja, que estabelecia a romanização, elitizando-se. Havia ainda a preocupação com a fiscalização: das moradias provenientes de herança; de peças em ouro, prata e bronze para o ofício religioso e; do número de escravos.

Nesta cidade, sob controle do Governo Provincial, as Irmandades e confrarias como a Confraria de Nossa Senhora do Rosário foram ganhando valores e símbolos próprios, afastando-se da Igreja institucionalizada, mas mantendo a proposta de facilitar a vida social. De acordo com Moraes (1999, p. 492):

Após 1850, as Irmandades passam a ser controladas pelo Governo Provincial através da promulgação da Lei de 15 de julho. É importante observarmos que, a confraria de Nossa Senhora do Rosário a partir de referenciais de denominação, se reorganiza criando um espaço de valores e símbolos que lhes são próprios.

Assim, as organizações leigas são desvalorizadas e controladas pelo Governo Provincial. A Igreja Católica centralizada relaciona-se intimamente com a classe dominante na tentativa de impedir uma sublevação dos trabalhadores e suas práticas religiosas. Desse modo, uma correspondência endereçada aos juizes de Direito Letrados reivindicava intercessões quanto aos impostos incididos sobre as profissões, indústrias, máquinas, o capital de movimento das Cia. Sociedade Anônima ou Comercial, utensílios e os meios de produção.

O Bispo de Goiás, D. Cláudio José Gonçalves Ponce de Leão, com o intuito de promover missões paroquiais e fundar centros de catequese para índios, solicita ao papa a vinda de dominicanos. Em 1883, os dominicanos chegaram na cidade de Goiás. Mais tarde, espalham-se por outras regiões como em 1886 em Porto Imperial; sendo que em 1887 Frei Vilanova, o “Apóstolo do Araguaia”, chega para depois em 1896 fundar Conceição do Araguaia (MORAES, 1999).

O Bispo D. Cláudio José Gonçalves Ponce Leão fez uma petição, permitida pelo papa em 25 de junho, com vias a ceder aos Dominicanos, em usufruto perpétuo, a Casa de Goiás. A esse respeito Moraes (1999, p. 493) ressalta que:

Em 5 de Novembro, por contrato especial, D. Cláudio reconheceu a isenção plena dos religiosos e a fundação regular das Casas de Goiás e de Uberaba em Minas Gerais – a primeira com 6 religiosos e a segunda com 5 – devendo permanecer no Convento pelo menos 2 padres e um irmão converso.

Os padres dominicanos instalam-se concretamente em Goiás “tomando” a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, de modo a “tomar as rédias” frente às práticas leigas.

A igreja cria, então, mecanismos para que as manifestações leigas deixem de existir. Para tanto outros espaços sociais relacionados a Igreja foram criados, dentre os quais o Asilo São Vicente de Paulo, ligado aos vicentinos, leigos, mas, desde sua inauguração, também relacionado aos dominicanos.

Os ideais vicentinos decorrem das atuações do Pe. Vicente de Paulo, que nasceu no dia 24 de abril de 1581, na aldeia de Pouy, Dax, sul da França, ordenando-se padre aos 19 anos de idade (23 de setembro de 1600). Fundou várias instituições a serviço dos pobres, quais sejam: a Confraria da Caridade em 1617 (atualmente Voluntárias da Caridade); a Congregação da Missão em 1625; e a Companhia das Filhas da Caridade, em 1633. Vicente de Paulo morreu em Paris na França, no dia 27 de setembro de 1660, aos 79 anos de idade; tendo sido declarado santo em 16 de junho de 1737 (WISNIEWAKI, 2006).

O primeiro grupo "vicentino" da história surgiu, nesta época, por oito mulheres que comungaram da visão de caridade de Vicente de Paulo, formando um grupo de ação, uma Confraria de Caridade, de forma que a Família Vicentina instituiu-se como uma formação leiga. Em 1833, em Paris, o estudante Antonio Frederico Ozanam junto e outros universitários uniram-se a serviço dos pobres, alicerçando seus ideais em Vicente de Paulo; daí surgira a Sociedade São Vicente de Paulo. No Brasil, a primeira associação transplantada para o Brasil foi para Salvador, Bahia em 1854, tendo vindo posteriormente para São Paulo, Rio de Janeiro e depois em vários outros estados brasileiros. Só em 16 de novembro de 1872, implantou-se oficialmente a Sociedade de São Vicente de Paulo no Brasil (*idem*).

Ao final do século XIX, os vicentinos chegavam a Goiás com o intuito de agir em prol da caridade. No dia 29 de abril de 1885 fundou-se a primeira Conferência da Sociedade de São Vicente de Paulo, composta por 17 sócios. Já em 08 de dezembro de 1886 criou-se o Conselho Particular, tendo como primeiro Presidente o Comendador Joaquim Rufino Ramos Jubé. Nesta mesma data o Conselho fundou a Conferência da Imaculada Conceição. Já em janeiro de 1888 fundou-se outra Conferência a de Nossa Senhora de Meia Ponte, com 12 sócios, sob a presidência de Sebastião Pompeu Pina e depois, em maio, João Cancio Pova presidiu-a, agregando-a ao Centro de Paris. O Conselho Particular criou: uma escola noturna, que após ter funcionado um ano gerida pelos vicentinos, passou a cargo do

Governo; obra dos enterros, disponibilizando carro fúnebre; doutrinação cristã, que após ser realizada por José Inácio da Luz Azevedo, os padres dominicanos assumiram o trabalho; e visitas às prisões e hospitais.

Embora o asilo não seja um espaço de devoção, é um espaço para mostrar valores de uma civilização ocidental cristã, como a caridade. No tocante aos primeiros anos do século XX, Moraes (1999, p. 498) acredita que:

Para o patrão, a religião católica após sua romanização fará o que Padroado não conseguiu no século XIX, impor padrões de civilização e comportamento moral e social. Em pleno sertão goiano, o sonho dos sacerdotes missionários era implantar a civilização cristã, nos moldes europeus: uma civilização de cristãos batizados, onde as pessoas participassem dos Sacramentos da Eucaristia e Confissão; uma civilização sem concubinato, nem adultérios; enfim, uma civilização como valores tradicionais da civilização ocidental cristã.

Em meio a este contexto, surge a idéia pela Sociedade São Vicente de Paulo em Goiás de se fundar o Asilo São Vicente de Paulo, mesmo porque despendia-se uma certa quantia mensalmente com aluguéis de casas para os pobres e havia a dificuldade de alimentá-los diariamente. Conforme veremos no último capítulo, a idéia nasceu em 1886 sendo que em 1909 terminou de ser construído, com o intuito inicial de abrigar os mendigos, abrigando atualmente, porém, idosos e portadores de necessidades especiais, que por sua vez serão analisados no capítulo seguinte.

CAPÍTULO II

VELHOS E DEFICIENTES: MORADORES DO ASILO SÃO VICENTE DE PAULO

*Nascimento e morte são condições da vida, e se equilibram,
formando os dois pólos, as duas extremidades da existência,
e ao seu redor giram todas as suas manifestações.*

(Schopenhauer)

No Asilo São Vicente de Paulo vivem idosos e portadores de necessidades especiais. Daí a necessidade de distinguir os velhos e os deficientes, conforme denominam Norberto Bobbio (1997), Ecléa Bosi (1994) e Verdugo Alonso (1994, 2006a, 2006b).

2.1 Velhos e Memória: uma questão em debate

O tema do envelhecimento compreende abordagens distintas como a sociologia e a psicanálise. A análise da velhice enquanto uma ancianidade face da sociedade, perpassa pela discussão acerca de lembrança. Conforme Norberto Bobbio:

O mundo dos velhos, de todos os velhos, é, de modo mais ou menos intenso, o mundo da memória. Dizemos: afinal, somos aquilo que pensamos, amamos, realizamos. E eu acrescentaria: somos aquilo que lembramos (BOBBIO, 1997, p. 30).

Em *O tempo da memória: De senectute e outros escritos autobiográficos*, Norberto Bobbio (1997), jurista e filósofo italiano, aborda a velhice na chamada “quarta idade”, ou seja, aquela que compreende os indivíduos com 80 anos ou mais. O autor reflete sobre o tempo da memória como considerações sobre o passado e o presente, que refletem no significado da velhice no mundo atual.

A primeira parte da obra trata-se de um discurso proferido na ocasião da conquista do diploma *honoris causa* em Ciências Políticas aos 85 anos (em 1994), já a segunda parte é constituída por “Escritos Autobiográficos” reflexões para a edição do livro.

Bobbio (1997) estabelece comparações entre o *status* social do velho nas sociedades antigas e na atual, explicando os processos da mudança, que rebaixou-os de grandes carregadores de sabedoria, para meros problemas para os mais novos, conforme a visão capitalista constituída. O autor constata que o velho tem segurança, conforto e refúgio nas suas lembranças do passado. A velhice, sob a visão negativa de Bobbio, é esclarecedora no sentido de analisar o que foi realizado em vida e perceber que a morte se aproxima:

A velhice passa a ser então o momento em que temos plena consciência de que o caminho não apenas não está cumprido, mas também não há mais tempo para cumpri-lo, e devemos renunciar à realização da última etapa (BOBBIO, 1997, p. 31).

A velhice, porém, gera ganhos impressos na humildade do reconhecimento dos limites próprios e na sabedoria empírica. Desse modo Bobbio, acredita no papel da razão esclarecida engendrada com o tempo na fresta da realidade factual carregada da barbárie adorniana (ADORNO; HORKHEIMER, 1985).

Complementa-se com Bachelard (1988, p. 15) que o esclarecimento da realidade é proveniente do tempo como dimensão mítico-poética para além da cronologia:

A alma não vive ao fio do tempo. Ela encontra o seu repouso nos universos imaginados pelo devaneio (...) o devaneio nos põe em estado de alma nascente.

O tempo não exerce uma função cronológica, mas possui aberturas polissêmicas que o leva ao devaneio.

A razão kantiana (KANT, 1970) utilizada por Bobbio remete ao tempo da velhice dialogando a dúvida metódica com o respeito mútuo. Mas, este tempo não implica em cisma em relação à vida precedente, mas uma continuação dela.

Como pessimista, Bobbio afirma ser ignorância e baixo egoísmo imaginar que o futuro não pode deixar de ser triunfal e esperança não faz parte do profano, mas do sagrado durkheimiano (DURKHEIM, 2000). Ao leigo compete: o rigor crítico, a moderação, a tolerância, etc. Para Bobbio, a velhice não abrange o campo da virtude, mas da fortuna, ainda que seja virtude aproveitar-se adequadamente da fortuna.

No que tange ao tempo da memória, Bobbio analisa que os pensamentos de um ancião tendem ao enrijecimento, induzindo-o a aceitar progressivamente suas convicções e a tornar-se mais faccioso e indiferente aos ideais dos outros. Jack Messy (1999) também analisa as perdas e ganhos da velhice, afirmando que as perdas relacionam-se à perda da identidade física, da beleza, da independência, da memória recente, etc; enquanto os ganhos se transparecem na aquisição de sabedoria. De qualquer forma, é importante notar que a velhice está associada à noção de lembrança e memória, havendo, mormente, uma relação desta com a história.

Le Goff (1992), em *Memória e História*, discorre acerca da possibilidade de uma visão diacrônica dos significados, suportes e dimensões políticas da memória desde a invenção da escrita até a contemporaneidade. Conforme o autor:

A memória, onde nasce a História, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens (LE GOFF, 1992, p. 47).

Então, a memória não se limita apenas a conhecer o passado, mas serve ao presente e futuro. Além disso, memória e história são distintas e não devem ser confundidas. Apesar de a memória salvar o passado, para Le Goff, isso nada tem a ver com meramente um resgate do passado, mas é um processo que atua no presente e no futuro. No que tange a relação de poder, para o autor: "tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam a sociedades" (LE GOFF, 1992, p. 13). Ou seja, a memória serve como uma forma de poder.

Em *Memória Coletiva* de Halbwachs, publicado em 1950, são possíveis abordagens com perspectivas distintas, tais quais: a Antropologia, a Sociologia, a Arqueologia, a Psicanálise. Nesta obra são vários os aspectos tratados da memória coletiva, cabendo salientar que a lembrança é uma REconstrução do passado com a ajuda de dados do presente. Cabe ainda destacar que a memória se diferencia da história; enquanto a memória é um pensamento contínuo que retém do passado o que está vivo ou é capaz de viver na consciência do grupo que a mantém, tendo, então, um caráter dinâmico; a história, por sua vez, é estática e única, pois ainda que se analise a história de dois países, só é possível falar de uma única história de cada um deles, ao passo que existem várias memórias coletivas.

No que tange às lembranças, para Halbwachs são também coletivas e são lembradas pelos outros, apelando a testemunhas para fortalecer e completar o que o indivíduo já sabe de um evento. Dessa forma, cada memória individual é uma abordagem e um ponto de vista de uma memória coletiva, que muda conforme o lugar e as relações que cada indivíduo mantém com os meios. Além disso, a lembrança, que é antes de tudo um processo, é resultado de várias séries de pensamentos coletivos em que não se pode atribuir exclusivamente, a lembrança a nenhuma dessas séries.

Essa memória coletiva tem vários tempos coletivos, em que grupos ou culturas específicos contêm um ritmo e espacialidade próprios. A memória espacial possui tão extensa complexidade que todas as ações do grupo podem se traduzir em termos espaciais; já o ritmo é um produto da vida em sociedade. Ainda no que tange ao espaço, o autor diz que existem várias formas de representá-lo e que cada sociedade recorta esse espaço a seu modo, formando um quadro fixo onde localizam suas lembranças.

Sob a perspectiva positivista durkheimiana, interessam por si só os fatos sociais, como coisas hierarquizadas, lineares e impostas: línguas, tradições, costumes, culinária, música, ritos. No entanto, Halbwachs não analisa a memória coletiva como uma imposição linear, aliás ressalta sua função coersitiva na sociedade. Porém, é preciso salientar que Durkheim (2000) esteve preocupado com sua tarefa de elevar a sociologia ao *status* de ciência (tarefa essa que, baseado na qualidade dos trabalhos dessa ciência, foi bem cumprida). Já Halbwachs trabalha a memória coletiva em uma perspectiva menos positivista, mas não negando Durkheim, por exemplo, no que tange aos símbolos; para Halbwachs não interessa, contudo, os fatos sociais por si só, mas de que maneira os atores interferem na lembrança enquanto reconstrução do passado, edificando memórias dinâmicas, de maneira a frisar a importância dos quadros sociais no processo da lembrança conforme ressaltou Bosi (1994). Para a autora, uma análise de Halbwachs deve perpassar pelo fato de que:

Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho. Se assim é, deve-se duvidar da sobrevivência do passado, "tal como foi", e que se daria no inconsciente de cada sujeito. A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual (BOSI, 1994, p. 55).

Assim, firma-se a lembrança como REconstrução que usa dados do presente.

Ecléa Bosi em *Memória e sociedade: lembranças de velhos* (1994) além de analisar a memória coletiva halbwachiana e a memória individual bergsoniana, promove uma intersecção entre a velhice e a memória, abrangendo o domínio das ciências sociais e da tradição humanística.

Bosi (1994, p. 39), para refletir sobre a memória, recorre aos estudos das lembranças: "Se as lembranças às vezes afloram ou emergem, quase sempre são uma tarefa, uma paciente reconstituição". O prefixo RE é, por vezes, aplicado, quanto à lembrança, a verbos como REviver, REconstruir o passado, etc, de modo que o repensar o passado requer dados e idéias do presente, não retomando-se ao passado tal qual ele era. Essa posição, aliás, diverge-se da posição de Henri Bérson (1999) que, ao discorrer sobre a memória individual, acredita que o passado pode ser retomado na lembrança integralmente conforme o que foi vivenciado. Da mesma forma, Halbwachs não nega o filósofo Bergson

(1999), quando este, com seu célebre cone e até mesmo no estudo da fenomenologia, destaca o indivíduo; ao contrário os autores se complementam, de sorte que Halbwachs analisa como esse indivíduo constrói pontos de vista diferentes, transformando e reconstruindo uma memória coletiva dinâmica. Todavia, quando Halbwachs analisa que a memória precisa de dados presentes contrapõe-se sim ao singularismo de Bergson (1999), pois este acredita que se retoma ao passado tal como ele era. Ecléa Bosi (1994) ultrapassa o impasse do individual e coletivo questionando qual deles retém maior fidelidade com o passado. Conforme a pesquisadora:

Será a memória individual mais fiel que a social? Sim, enquanto a percepção original obrigar o sujeito a conter as distorções em certos limites porque ele viu o fenômeno. Mas o quando, o como, entram na órbita de outras motivações. Se a memória grupal pode sofrer os preconceitos e tendências do grupo, sempre é possível um confronto e uma correção dos relatos individuais e a história salva-se de espelhar apenas os interesses e distorções de cada um (BOSI, 1994, p. 420)

Para Ecléa Bosi tão mais empenhado torna-se o adulto em sua vida prática, mais perspicaz é o discernimento entre fantasia e realidade, e mais valorizada é esta em detrimento daquela.

Anatole France (*apud* BOSI, 1994) reflete que para fazer-se contemporâneo a dificuldade não se restringe ao plano do que é preciso saber, mas o que é preciso não saber mais. Bosi vai ao encontro de Halbwachs quanto ao apelo a testemunhas para legitimar as lembranças. De acordo com a pesquisadora:

Somos, de nossas recordações, apenas uma testemunha, que às vezes não crê em seus próprios olhos e faz apelo constante ao outro para que confirme a nossa visão (BOSI, 1994, p. 407).

Bosi concorda ainda com Halbwachs quanto ao sentimento de pertença grupal e a identificação de cada indivíduo na composição da memória coletiva. Para Bosi (1994, p. 414): "O grupo é suporte da memória se nos identificamos com ele e fazemos nosso seu passado." A lembrança é remodelada com a percepção do presente. Assim, para Bosi (1994, p. 419):

Conhecemos a tendência da mente em remodelar toda experiência em categorias nítidas, cheias de sentido e úteis para o presente. Mal termina a

percepção, as lembranças já começam a modificá-la: experiências, hábitos, afetos, convenções vão trabalhar a matéria da memória. Um desejo de explicação atua sobre o presente e sobre o passado, integrando suas experiências nos esquemas pelos quais norteia sua vida.

Logo, quando Halbwachs e Ecléa Bosi afirmam que o indivíduo é apenas um ponto de vista da memória e esta depende dos outros, confirma a atenuação do indivíduo ressaltada por Marx (1997) no tocante à exteriorização das forças capitalistas a que os fenômenos sociais são submetidos, em que se ameniza a importância do indivíduo, mas valoriza seu conjunto que forma a sociedade. Da mesma forma, ratifica-se Adorno e Horkheimer (1985), para quem a indústria cultural adapta seus produtos ao consumo das massas, ou seja, há uma visão macro em detrimento a uma individual. Entretanto, há que se frisar que Halbwachs não propõe uma abordagem marxista, nem tampouco, é claro, uma frankfurtiana, apenas como tais sobressalta o coletivo em contraposição ao indivíduo. Agrega-se a isso que Hobsbawm (1984), no estudo acerca da “invenção” ou construção das tradições, parte do pressuposto de que as tradições são uma forma de esclarecimento da relação homem-passado salientando o coletivo em contraponto ao indivíduo, tal qual Halbwachs.

Ainda que para Halbwachs a história seja única e estática, enquanto a memória é viva e dinâmica, a história de um grupo pode ser analisada também por meio de seu patrimônio material cujos vestígios compõem parte da cultura, de forma que a vivacidade dos testemunhos da memória alicerça as informações dos processos de mudança dessa mesma história, de forma que se possa não apenas compreender a história, mas, a partir de tal compreensão, refletir em uma atuação transformadora do presente. A importância de se analisar a memória está em sua confluência com a identidade, que esclarece o que é comum em um grupo, enquanto o distingue de outro, implicando numa busca ao processo de reconhecimento e pertença, em que as representações dos indivíduos necessitam de legitimidade social, ou seja, os pontos de referência estruturantes da memória coletiva, precisam de confirmação da coletividade, como salienta Halbwachs.

Conforme Barth (1998), é preciso ter cuidado quanto às mudanças culturais que selecionam o que deve ser lembrado e o que deve ser marca de uma identidade, analisando

“(...) a crônica dos ganhos e mudanças culturais e procurar explicar por que razão determinados itens foram tomados de empréstimo” (BARTH, 1998, p. 191).

Para Menezes (1998), a busca de uma identidade nacional está associada a uma integração harmônica, de forma que o patrimônio cultural segue anestesiando os anacronismos sociais. Se a integração harmônica está relacionada com a identidade, então também está com a memória. Memória esta que, conforme Halbwachs, se distingue em lugares e nas relações do indivíduo com os meios.

Um filme bastante esclarecedor no que tange à memória é *Narradores de Javé*, que conta que os moradores de Javé resolvem escrever sua história e tentar transformar o local em patrimônio histórico a ser preservado para que seu povoado não seja inundado para a construção de uma hidrelétrica. O único adulto alfabetizado de Javé, Antônio Biá (José Dumont) e destacam-se as versões orais que podem tornar esse espaço de terra patrimônio histórico. Sinaliza o grau de intercâmbios entre presente, passado e futuro na construção da História.

Após a análise acerca de memória, Ecléa Bosi (1994) transcreve depoimentos de oito pessoas, dentre homens e mulheres, maiores de 70 anos, todos tendo vivido na cidade de São Paulo a maior parte de suas vidas, crescendo nela, observando a mudança espacial e populacional. Ecléa Bosi reconstrói um momento social coletivo a partir das lembranças individuais de quem é marginalizado pela idade.

A autora lembra que à memória do velho há um movimento peculiar de transmitir aos mais jovens, o ensino, o conselho, a sabedoria; de modo que esses campos são construídos a partir da lembrança, já que não há mais espaço para agir ativamente. Para a autora:

Na velhice, quando já não há mais lugar para aquele "fazer", é o lembrar que passa a substituir e assimilar o fazer. Lembrar agora é fazer. É por isso que o velho tende a sobrestimar aquele fazer que já não se faz (BOSI, 1994, p. 480).

A função social que o velho exerceu durante a vida desempenha parte relevante de sua memória, mesmo porque a memória, na velhice, é uma construção de pessoas que já trabalharam e participaram ativamente do mundo ao seu redor.

Então, ainda que não sejam mais propulsores da vida presente de seu grupo social, os velhos têm uma nova função social que é a de lembrar, contar e ensinar aos mais jovens a sua história e o que aprenderam. A família tem, nos velhos, a sua história; sendo que a união dessas famílias é a composição de toda a sociedade. Dos jovens ativos espera-se que a produção seja nas indústrias, nas minas de carvão, ou na produção de conhecimento, dessa maneira não se valoriza a função social das lembranças, e, conseqüentemente, não se valoriza essa etapa da vida (BOSI, 1994).

Bosi acrescenta, porém, que não é apenas ao tempo socialmente permitido que os velhos dedicam suas lembranças, mas têm uma memória social atual, mais contextualizada e definida, por terem vivenciado um quadro já finalizado e bem delineado no tempo, que falta aos mais jovens.

Ecléa Bosi conclui, então, que a função social da velhice, embora não seja reconhecida, deve ser valorizada e não pode ser perdida, já que lembram o passado, mas não têm uma situação passiva, "fazem" asserções profundas e resolutas no presente, agindo nele.

Guita Debert (1999) afirma que na modernidade, os estágios da vida foram claramente definidos e separados e a fronteira entre eles passou a ser dada pela idade cronológica, havendo uma institucionalização do curso da vida que envolve todas as dimensões do mundo familiar, do trabalho, das instituições educacionais, do mercado de consumo, etc. Já na pós-modernidade há um movimento contrário, a desinstitucionalização da vida, em razão das mudanças ocorridas no processo produtivo, no domínio da família e na configuração das unidades domésticas, em que novas formas de comportamento são impostas a cada faixa etária. Para a pesquisadora:

Se alguém não é ativo, não está envolvido em programas de rejuvenescimento, se vive a velhice no isolamento e na doença é porque não teve o comportamento adequado ao longo da vida, recusou a adoção de formas de consumo e estilos de vida adequados e, portanto, não merece nenhum tipo de solidariedade (DEBERT, 1999, p. 35).

Pesquisas realizadas, mormente nos EUA, demonstraram que a televisão apresentava uma imagem negativa dos idosos, que eram minoria nos programas e comerciais televisivos e representavam sempre papéis secundários (DEBERT 1999).

Conforme Simone Beauvoir (1990), até a década de 70, o Brasil era considerado um país de jovens; sabendo disso, o regime político vigente usou as características demográficas da população brasileira para reforçar a discriminação para com o velho, de maneira a se impregnar valores estigmatizadores, em que "ser velho" reduz-se a doença, a inatividade, o abandono, as rugas, a flacidez do corpo e a solidão.

Assim, como para Halbwachs e Bosi o indivíduo precisa do outro para reafirmar e legitimar sua memória, é através desse outro que cresce a preocupação com as dimensões negativa da velhice, segundo Beauvoir (1990). Para a autora:

O indivíduo idoso sente-se velho através do outro, sem ter experimentado sérias mutações; interiormente não adere à etiqueta que se cola à ele: não sabe mais quem é (BEAUVOIR, 1990, p.358).

Beauvoir adverte que ainda que a velhice signifique cabelos embranquecidos, diminuição da acuidade visual e auditiva, formação de gorduras localizadas, envelhecer pode significar aquisições obtidas somente através do acúmulo de experiências vividas. Além disso, perdas ocorrem em todas as fases da vida.

O aumento quantitativo de idosos trouxe, no Brasil, visibilidade social, suscitando nova demanda de preocupações e interesses sociais. A participação dos idosos em diferentes atividades lhes acrescenta novas experiências e contribui para a formação de uma nova mentalidade com relação à velhice, influenciando as gerações futuras a diluírem os estereótipos.

Rodrigues (2006) acredita, porém, que tende a surgir uma nova visão contemporânea que traz a velhice como fase de realizações, negando os estereótipos de praxe, já que essa faixa etária interessa ao poder econômico.

Conforme Debert (1997), com a mudança de perfil da sociedade brasileira, que vem envelhecendo nas últimas duas décadas, uma série de produtos e serviços vem sendo produzidos para atender a essa parcela da sociedade, paralelo a isso a mídia mobiliza os recursos necessários para despertar nessa categoria, a necessidade do consumo, surgindo como nicho de mercado, como é possível perceber nos empréstimos bancários dirigidos aos aposentados e os programas de passeios das agências de viagens exclusivos para a “melhor idade”.

Todavia, como o envelhecimento ainda é visto socialmente sob a representação de uma situação de abandono, de incapacidade e pauperização, há na esfera midiática uma incitação ao velho que mude de hábito mantendo, o corpo saudável e um espírito jovem, e, para tanto,

consumindo produtos e serviços modernos. A autora destaca que, dessa forma, a juventude vai transformando-se em um bem ou valor que pode ser conquistado em qualquer etapa da vida, desde que sejam adotadas formas de consumo e estilos de vida adequados ao capitalismo contemporâneo, que oculta a luta de classes da dialética hegeliana (HEGEL, 1988).

Por outro lado, segundo Groisman (1999), no Brasil cerca de 300 mil idosos vivem em casas de repouso, instituições geriátricas, lares, abrigos, asilos etc. Eventualmente, os velhos chegam a ser abandonados pelos próprios familiares.

A sociedade de consumo exclui grande parcela da população de um país em desenvolvimento como o Brasil. No Asilo São Vicente de Paulo, por meio de entrevistas, constatou-se que o desejo por atividades como cantar e dançar se sobrepõem ao desejo de bens materiais. Mas, não é apenas de velhos que o asilo é constituído, ao contrário, a maioria dos internos é portador de necessidades especiais.

2.2 A deficiência mental

Os deficientes mentais também são colocados em asilos. Porém, no Brasil, foi somente a partir da primeira metade do século XIX que a loucura e, pois, o louco, passaram a representar um problema para a medicina e para o Estado brasileiro. De acordo com Machado et al (1978), as primeiras instituições dirigidas especificamente à exclusão social do louco foram criadas em meados do século XIX. Mas, o que é deficiência mental?

A Associação Americana de Deficiência Mental (AAMR) citada por Garcia (2006) define a deficiência mental como:

El retraso mental es una discapacidad caracterizada por limitaciones significativas tanto en el funcionamiento intelectual como en conducta adaptativa, expresada en habilidades adaptativas conceptuales, sociales y prácticas. Esta discapacidad se origina con anterioridad a los 18 años. (AAMR apud GARCIA, 2006, p. 1).

Esta acepção é importante por abarcar habilidades não apenas adaptativas e conceituais, mas sociais e práticas, sugerindo que a sociabilidade exerce influência nos indivíduos portadores de deficiência mental.

Vergudo Alonso (1994) afirma que importantes mudanças se processaram no que tange aos elementos diagnósticos da deficiência mental. Os testes de Quociente de Inteligência (QI) estabeleciam as categorias de leve, médio, severo e profundo, conforme a idade de instalação, habilidades intelectuais significativamente inferiores à média, limitações em duas ou mais das dez áreas de habilidades adaptativas estabelecidas. Mas, para o autor, atualmente são importantes as noções de oportunidade e autonomia fomentando o crescimento das potencialidades das pessoas, que por sua vez devem pertencer à comunidade. Para tanto, é necessário aplicar a noção de 'rejeição zero' possibilitando a geração de sua independência/ interdependência, produtividade e integração na comunidade.

Ao se tratar de deficiência mental um vocábulo comumente utilizado na literatura (VERGUDO ALONSO, 1994, 2006a, 2006b; KRYNSKI, 1983) é o apoio ao deficiente, que por sua vez englobam os profissionais da área, os familiares, e a comunidade em geral. Conforme a Organização Mundial de Saúde 5% da população em países em desenvolvimento, são portadores de deficiência mental.

Os fatores e causas de risco da deficiência mental são inúmeros e não se chega a definir com clareza a etiologia (causa) dela. Eles são divididos em: Fatores de Risco e Causas Pré Natais, desde a concepção até o início do trabalho de parto; Fatores de Risco e Causas Perinatos: do início do trabalho de parto até o trigésimo dia de vida do bebê; e Fatores de Risco e Causas Pós Natais, do trigésimo dia de vida até o final da adolescência.

No que tange às leis que beneficiam os deficientes, as primeiras datam de pouco menos de trinta anos. Em 24 de outubro de 1989 é decretada a Lei Federal nº 7853 que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (Corde), e, ainda, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplinando a atuação do Ministério Público e definindo crimes. Já em 1994, o presidente Fernando Henrique Cardoso decreta a Lei federal nº 8.899 que concede passe livre às pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual.

Estas leis são, portanto, recentes, assim como a própria definição moderna de deficiência mental que reconhece a influência do meio para o desenvolvimento das

potencialidades do portador de deficiência, apontando a importância da participação ativa da família e da comunidade geral.

2.2.1 A deficiência mental em Goiás

Na Cidade de Goiás a deficiência mental é experimentada nos mitos fundadores do município. Ressaltando o tabu do incesto, acreditavam os moradores que o grande número de deficientes devia-se aos relacionamentos sexuais entre familiares. De acordo com a historiadora Maria da Conceição Silva (2006, p. 8):

É interessante notar que a capital goiana no século XIX apresentou número significativo de deficientes mentais conhecidos por *bobos*. Em quase todos os lares havia um deficiente. Algumas pessoas são convictas de que a quantidade de indivíduos com problemas mentais foi uma consequência de casamentos dentro do mesmo grupo de parentesco. No entanto, a deficiência, seja física ou mental, não pode estar associada aos "casamentos endogâmicos", pois o número de dispensas de consangüinidade não foi tão alto. Seguramente, não houve uma alta proporção de casamentos entre parentes, pelo menos os legitimados pela Igreja Católica e anotados nos registros dos livros paroquiais.

Descobriu-se que algumas doenças eram derivadas, dentre inúmeras causas, pela carência de iodo no sal consumido em Goiás. Deve-se considerar, porém a situação sócio-econômica por que passava o município durante o século XIX. Sônia Maria de Magalhães (2004b) afirma que os registros de óbito na Cidade de Goiás revelam um grande número de transtornos mentais no século XIX, ocasionados por motivos diversos que se assemelham aos fatores de risco e causas pré-natais e perinatos expostos por Verdugo Alonso (2006a).

O século XIX foi um período marcado pela pobreza em Goiás, ocasionada pela queda do ciclo aurífero, com isso a gravidez em meio a desnutrição, causada por uma dieta deficitária, era um problema freqüente, que por sua vez enquadra-se nas causas pré e pós natais da deficiência mental.

A relação entre dietas deficientes e a predominância de males neurológicos em Goiás é perfeitamente aceitável, considerando-se que várias pesquisas

realizadas têm ressaltado que as carências múltiplas de vitaminas podem provocar seqüelas tanto no sistema nervoso quanto no osteomuscular (MAGALHÃES, 2004b, p. 142).

Magalhães (2004b) levanta um quadro salientando os transtornos mentais e doenças do sistema nervoso dos livres e escravos da cidade de Goiás da segunda metade do século XIX (1859-1900).

QUADRO 1 - Transtornos mentais e doenças do sistema nervoso dos livres e escravos da cidade de Goiás para os anos de 1859 a 1900. Fonte: Magalhães (2004b).

<i>Doenças</i>	<i>Livres</i>	<i>%</i>	<i>Escravos</i>	<i>%</i>	<i>Total números absolutos e %</i>
Convulsão, congestão, afecção, apoplexia cerebral, etc.	42	84,00	5	71,42	47 - 82,46
Hemiplegia/paraplegia	5	10,00	1	14,29	6 - 10,53
Hemorragia cerebral	2	4,00	0	0	2 - 3,51
Mentecapto	1	2,00	0	0	1 - 1,75
Epilepsia	0	0	1	14,29	1 - 1,75
Total	50	100	7	100	57 - 100

A incidência de debilidade mental é freqüente na província durante o século XIX. O fato de os portadores das necessidades especiais viverem nas ruas ameaçava a tranquilidade e harmonia social, conforme Magalhães (2004b, p. 141): “viviam soltos nas ruas, pondo em risco a tranqüilidade e o sossego das famílias”.

Os acometidos pela anomalia chegavam a cometer suicídio, conforme narra Magalhães sobre o escravo Lourenço (cujo dono era o Cônego Manoel José do Couto Guimarães), que em 16 de maio de 1879, introduziu uma faca no estômago, pondo fim a sua vida. O Inspetor de Saúde José Netto de Campos Carneiro citado por Magalhães afirma que:

(...) a vida anormal que levam, esses indivíduos, abandonados e colocados em uma posição crítica e indefinida, mantêm-nos fora da comunhão social, infeliz pelo seu estado mórbido mil vezes pior que a morte, infelizes porque a caridade pública parece esquecer-los e negar-se a estender-lhes a sua bem fazeja mão, infelizes porque o governo até agora tem-se mostrado surdo aos seus gemidos e quando alguma providência se toma é apenas para retirá-los da sociedade quais animais hidrófobos e não para socorrê-los, e, sendo curá-los, mitigar por seus cruéis sofrimentos, prestando de acordo

com a civilização, real serviço a humanidade e ciência (CARNEIRO *apud* MAGALHÃES, 2004b, p. 141).

Mais que por razões filantrópicas, humanitárias ou terapêuticas, a assistência aos que levavam uma “vida anormal” tinha uma razão de manter a comunhão e a ordem social. Segundo Magalhães (2004b, p. 141):

Visando tornar a sociedade mais ordeira e civilizada, os doutores esbarraram com os loucos e suas mazelas, assim, a criação de locais específicos para acolhê-los tornava-se cada vez mais urgente.

O doutor José Netto de Campos Carneiro (*apud* MAGALHÃES, 2004b) salienta que além de um espaço específico para loucos, também eram necessários espaços para receberem os morféticos, os acometidos de outras moléstias contagiosas e as crianças. Ou seja, eram necessários espaços para os excluídos socialmente.

Durante a década de 1880, o discurso para a criação de uma enfermaria ou hospício para os alienados na cidade de Goiás foi fortalecido. Assim, ao final do século XIX já estava intensificada a preocupação na abertura do asilo São Vicente de Paulo, que embora declarasse a pretensão de ser dirigido aos mendigos, acabou tendo os deficientes mentais como principais internos.

Todavia, só no fim do século XX é que os deficientes mentais, físicos, fonoauditivos receberam preocupação legal. Em Goiás, apenas na década de 90 é que vai preocupar-se com a questão da inclusão dos deficientes. Em 11 de setembro de 1995, a Lei nº 12.695 cria a Política Estadual de Atenção ao Deficiente, o Fundo Estadual de Apoio ao Deficiente e o Conselho Estadual dos Direitos do Deficiente.

Analisada a legislação que envolve os portadores de necessidades especiais, internos do asilo, assim como o processo histórico em que estiveram inseridos na Cidade de Goiás, vale frisar que assim como os idosos, esses atores sociais foram alocados para o Asilo São Vicente de Paulo no começo do século XX. Ao longo deste século, referências culturais foram preservadas neste espaço social, assim a construção do cotidiano foi se caracterizando pela preservação de seu Patrimônio Cultural. Dentro deste contexto, cabe também analisar o desenvolvimento das discussões sobre o respeito do patrimônio cultural no Brasil.

CAPÍTULO III

O PATRIMÔNIO E O CONVÍVIO COM O ANTIGO

Uma cultura é avaliada no tempo e se insere no processo histórico não só pela diversidade de elementos que a constituem, ou pela qualidade de representações que dela emergem, mas sobretudo por sua continuidade.

(Aloísio Magalhães)

Neste capítulo analisaremos o patrimonial material, já que o espaço do asilo onde as relações sociais são estabelecidas e onde o antigo convive com o novo é, afinal, uma referência material de um lugar que é considerado Patrimônio Cultural da Humanidade.

3.1 A idéia de Patrimônio material no Brasil

Muito já se discorreu acerca dos significados do vocábulo *cultura*. Seja pelo interpretativismo de Geertz (1973), pelo estruturalismo de Levi-Strauss (1958), ou no pós-estruturalismo de Foucault (1971).

Franz Boas (2004) sobressalta o adjetivo cultural relacionado à antropologia no começo do século XIX. Enquanto isso, Malinowski (1922), considerado o “pai do trabalho de campo”, privilegia o método de estudos etnológicos pela descrição de todos os aspectos ligados ao complexo de uma certa sociedade. Lévi-Strauss (1958) sintetiza a definição de cultura como hábitos, atitudes, comportamentos, formas de ação, sentimento e pensamento de um povo, desse modo enfatiza-se a similaridade humana de pensamento, mais que a própria diversidade humana. Já a noção de cultura de Roque Laraia (2001) separa o determinismo biológico das manifestações aprendidas após o nascimento de um indivíduo, baseando-se na definição que Tylor teceu sobre cultura em 1871, que aliás, foi o primeiro conceito de cultura como conhecemos hoje, definindo-a como sendo todo o comportamento aprendido.

No que se refere à análise sobre cultura, Geertz propõe a observação de outras culturas com a tentativa de compreender os elementos constitutivos da sociedade em que o observador se insere, sendo a cultura um sistema simbólico formado pela interação entre os indivíduos e destes com a comunidade, enquanto a ciência interpretativa, proposta por ele, seria a procura do significado.

A cultura "popular", porém nem sempre está contida nos elementos fáceis de identificar, repertoriar e descrever, mas relaciona-se com um modo de utilizar objetos ou normas que estão inseridos na sociedade, mas que são levados à manipulação e ao esquecimento. Esta manipulação leva a tentativa de reformular a história destacando elementos colocados periféricamente e ressaltando "a apropriação social dos discursos" como um importante procedimento, pelo qual o discurso é dominado e confiscado pelas instituições (FOUCAULT, 1996).

Da Matta (1998) analisa que existem diferenças históricas e culturais que culminam numa especificidade própria de cada sociedade singular, de forma que os elementos formadores da brasilidade se ligam entre si constituindo-se os vários brasis. Desse modo, a identidade do povo brasileiro reflete-se na maneira pela qual os indivíduos interrelacionam-se. Dessa forma Da Matta confirma Darcy Ribeiro (1995), na medida em que este analisa que:

Nós, brasileiros, somos um povo em ser, impedido de sê-lo. Um povo mestiço na carne e no espírito, já que aqui a mestiçagem jamais foi crime ou pecado. [...] Essa massa de nativos viveu por séculos sem consciência de si [...] Assim foi até se definir como uma nova identidade étnico-nacional, a de brasileiros (RIBEIRO, 1995, p. 34).

A mestiçagem brasileira provém das relações sociais estabelecidas historicamente, de modo que a consciência da nova identidade de brasileiro só foi definida depois de séculos.

A valorização da identidade perpassa pelas reflexões acerca das problemáticas ligadas ao patrimônio cultural, como a concepção de autenticidade, bem como questões relacionadas ao modo como evoca-se a memória e passado e apropria-se e manipula-se este.

De acordo com Cecília Londres Fonseca (1997), como o patrimônio pertencente a todos carece ser preservado, então é necessário gerar e desenvolver regras e leis para a efetivação dessa preservação, além de estabelecer seus limites físicos e conceituais.

Fonseca, bem como Gonçalves (2006), relaciona a idéia de patrimônio com a de nação. Para Fonseca foi a idéia de nação que permitiu o estatuto ideológico do patrimônio, sendo que o Estado nacional garantiu sua preservação. Para a autora:

A noção de patrimônio se inseriu no projeto mais amplo de construção de uma identidade nacional, e passou a servir ao processo de consolidação dos estados-nação modernos (FONSECA, 1997, p. 59).

Então, a idéia de patrimônio foi importante para o estabelecimento de uma identidade nacional, assim como para que os estados-nações modernos se consolidassem.

Mas, afinal o que é patrimônio? A origem do vocábulo patrimônio está relacionado às estruturas familiares, econômicas e jurídicas.

No final do século XVIII inicia-se a institucionalização do patrimônio com a visão moderna de história e de cidade. A noção de um patrimônio comum a um grupo social, capaz de definir sua identidade (e, por isso, merecedor de proteção) mostra-se por meio de práticas como: exposições, vendas públicas, edição de catálogos das grandes vendas e das coleções particulares.

Em 1789, a Constituinte francesa colocou os bens do clero “à disposição da nação”, de modo que ressaltou-se inicialmente o patrimônio histórico representado pelas edificações e objetos de arte. Paulatinamente, esse reducionismo deu lugar à projeção do patrimônio cultural, como uma incorporação do cotidiano e do saber-fazer não-tangível.

No que tange à esfera internacional, nas últimas décadas a dimensão cultural incorporou-se ao patrimônio por vários instrumentos jurídicos, convenções, declarações, resoluções e recomendações relativas à proteção patrimonial.

No Brasil, na década de 1920 há um movimento relacionado a preservação do patrimônio histórico, cujos componentes se destacam modernistas como Mário de Andrade, que por sua vez junto a seus colegas percorreu o país em 1924 para “descobrir o Brasil”, ou seja conhecer as inúmeras faces sócio-político-culturais que compõem o país. Em 1936, Mário de Andrade torna-se Diretor do Departamento da Cultura da cidade de São Paulo e elabora um anteprojeto que alicerça o surgimento do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) (NAJJAR, 2001).

Como um marco na preservação do patrimônio cultural, em Janeiro de 1937 foi criado SPHAN e em 30 de novembro do mesmo ano foi promulgado o Decreto-Lei nº 25, responsável por ordenar a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional e criar o instrumento do tombamento (FONSECA, 1997). Este decreto limitava a incidência normativa do conceito de patrimônio cultural, conforme o artigo 1º:

Constitui patrimônio cultural e artístico nacional o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

No que tange ao tombamento, conforme Fonseca (1997, p. 115), foi: "uma fórmula realista de compromisso entre o direito individual à propriedade e a defesa do interesse

público relativamente à preservação de valores culturais". A autora refere-se ao fato de que tomar não implica em desapropriação, é apenas um instrumento para impedir que os bens móveis ou imóveis sejam destruídos.

Contudo, vale citar que esse movimento inicial ligava preservação à constituição da identidade brasileira e à perpetuação da memória nacional.

Durante a segunda metade do século XX, fortaleceu-se a valorização não apenas dos vestígios de um passado remoto, como também da contemporaneidade, dos processos e da produção, o que por ventura vai ao encontro da idéia de que o estudo das referências culturais passadas não se restringe a conhecer o passado, para compreender o presente, mas, sim, ter a possibilidade de atuar criticamente nesse presente para transformar e construir um futuro com maior equidade sócio-econômico-cultural.

Dessa forma, ampliou-se os bens tangíveis e intangíveis merecedores de atenção e, de acordo com Fonseca (1997), o patrimônio cultural vai se tornando um dos principais aspectos para se planejar e ordenar o crescimento das cidades e como um dos componentes na afirmação de identidades de grupos e comunidades. Fonseca (1997) e Segala (2006) se complementam quando esta afirma que:

No debate contemporâneo, o sentido de patrimônio se alarga. Não é apenas o bem que se herda, mas o bem constitutivo da consciência de um grupo, um campo de disputas e de negociações, articulando-se estreitamente à memória e às identidades sociais. [...] passamos hoje de um patrimônio de tipo nacional a um patrimônio de tipo simbólico e identitário, de um patrimônio herdado a um patrimônio reivindicado, de um patrimônio visível a um patrimônio invisível, de um patrimônio ligado ao Estado a um patrimônio social, étnico ou comunitário. A idéia de preservação de um bem cultural se articula, pois, estreitamente, ao seu conhecimento e ao seu uso social, à ciência e à consciência do patrimônio (SEGALA, 2006, p. 2).

Na contemporaneidade se reconhece como patrimônio o bem que é parte constituinte da memória e identidade sociais.

Logo, na atual conjuntura, patrimônio cultural consiste em um bem dirigido ao usufruto de uma comunidade, que é formado pelo acúmulo incessante de uma diversidade de objetos correlacionados por seu passado comum: obras e obras-primas das belas artes e das artes aplicadas e o saber-fazer do homem.

A política de patrimônio histórico está relacionada com a formação do Estado Nação após a Revolução Francesa, em que pretendia-se destruir o passado e reconstruir uma nova sociedade, mas alguns perceberam ser impossível construir uma sociedade a partir do nada. A respeito dessa ligação do patrimônio com os Estados Modernos, Fonseca salienta que:

A constituição de patrimônio históricos e artísticos nacionais é uma prática dos Estados Modernos, que através de determinados agentes, recrutados entre os intelectuais, e com em instrumentos jurídicos específicos, delimitam um conjunto de bens no espaço público. Pelo valor que lhes é atribuído, enquanto manifestações culturais, e enquanto símbolos da nação, esses bens passam a ser merecedores de proteção, visando a sua transmissão para as gerações futuras, neste sentido, as políticas de preservação se propõem a atuar basicamente no nível simbólico, tendo como objetivo reforçar uma identidade coletiva, a educação e a formação de cidadãos (FONSECA, 1997, p. 7).

O Estado moderno cria leis e políticas públicas específicas para a questão do patrimônio “cultural” e seleciona intelectuais para atribuir valor ao bem tombado.

A partir da década de 1970, com o advento dos movimentos multiculturais (como os de: gênero, geracionais, urbanos, étnicos, direitos humanos, etc) vêm à tona novos atores sociais e nova forma de se pensar em democratização do patrimônio. De acordo com Fonseca:

Considero que falar de uma política pública de preservação supõe não apenas levar em conta a representatividade do patrimônio oficial em termos da diversidade cultural brasileira e abertura da participação social na produção e na gestão do patrimônio, como também as condições de apropriação desse universo simbólico por parte da população. E falar em democratização significa, neste caso, considerar um conjunto de ações, em vários níveis, visando a desprivatizar esse campo (FONSECA, 1997, p. 29).

A questão de preservação abrange também a apropriação do bem simbólico e democratizar perpassa por desprivatizar.

A questão de desprivatizar está inserida na busca pela universalização da apropriação do patrimônio, já que este não pode ser privilégio de poucos. Nesta medida Najjar (2001) complementa Fonseca (1997) quando destaca que:

Aqueles que hoje atuam em atividades de preservação do patrimônio cultural, além de terem o importante objetivo de fortalecer a identidade

brasileira como um todo, não podem deixar de levar em consideração que, infelizmente, nossa sociedade é marcada por inúmeras e profundas desigualdades sociais, desigualdades estas que se expressam no âmbito do econômico, do político e do simbólico [...] (NAJJAR, 2001, p. 4).

A preservação do patrimônio cultural deve considerar as desigualdades sociais existentes no país. Todavia, quanto a questão do quê deve ser preservado, Najjar salienta que:

A preservação do patrimônio cultural de um povo, e em particular, de seu patrimônio arqueológico, só se justifica na medida em que este patrimônio é um material privilegiado na constituição da identidade deste povo. Por isto, a tarefa de preservá-lo é uma tarefa eminentemente política (NAJJAR, 2001, p. 3).

Assim, só se preserva o que é importante na constituição da identidade de um grupo ou comunidade, o que possibilita o equilíbrio entre o desenvolvimento e a preservação. Porém, como a constituição da identidade pode ser manipulada, sobretudo, em relações de poder, então a preservação é um serviço político.

Lima (1987), porém, abrange essa relação de poder para um contexto mundial. A autora enumera algumas das intervenções do poder na prática patrimonial, quais sejam: o nazismo glorificando o passado para justificar a supremacia; Israel reivindicando seu território; as potências ocidentais buscando controlar áreas estratégicas da Palestina com Guerras Santas; o México valorizando o passado asteca, de formar a repudiar os espanhóis, sobretudo, em seu movimento de independência no século XIX e durante a Revolução de 1910; a Inglaterra no século XVI elaborando mitos sobre os monumentos megalíticos atribuídos aos druidas para glorificar seu passado e justificar sua ideologia imperialista; a China com o Estado expondo ao povo suas obras, na segunda metade do século XX, com um caráter moralizante e nacionalista; a África Meridional manipulando seu patrimônio seja pelos colonialistas, que não reconhecem a dinâmica cultural dos colonizados justificando sua interferência, seja pelo nacionalismo negro que não admite a contribuição dos outros componentes do processo cultural e até rejeitam os pesquisadores brancos estudando seu passado; a Austrália com seus nativos também rejeitando especialistas brancos para estudar seu processo cultural; e, por fim, o Equador que concebe, às culturas tradicionais, um valor radical e imprescindível para manter a identidade nacional. Tais intervenções ideológicas

refletem, por motivos específicos, a busca por um ideal, relacionado às conveniências e interesses das ideologias dominantes, de uma certa “identidade” em detrimento de outra.

Najjar (2001) lembra que as ações governamentais são importantes e o patrimônio cultural estaria em pior situação se estas não existissem. Catarino (2006) concorda que as leis implantadas no Brasil em muito favoreceram a preservação do patrimônio cultural.

A Constituição de 1988 foi marcante quanto à identificação e preservação do patrimônio cultural. Conforme o artigo 216 da dita constituição:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I. as formas de expressão; II. os modos de criar, fazer e viver; III. as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV. as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V. os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1999).

Logo, no âmbito governamental já foram empreendidas medidas de identificação e proteção, embora a existência de problemáticas atuais indiquem que ainda haja muito a se fazer.

Aloísio Magalhães se destacou no estudo do patrimônio imaterial, sua obra *E Triunfo?*, de publicação póstuma em 1985 após três anos de sua morte, propõe ao Iphan ações que dirijam-se para a identificação, documentação, classificação, proteção e divulgação dos bens culturais brasileiros, principalmente aqueles oriundos do fazer popular inseridos na dinâmica viva do cotidiano. A partir de então, ampliaram-se as discussões sobre o patrimônio cultural.

José Reginaldo Santos Gonçalves no ano de 2001, em um artigo intitulado *Autenticidade, Memória e Ideologias Nacionais: O problema dos patrimônios culturais*, discorre acerca de autenticidade aplicada a pessoas ou objetos. Para o autor, a emergência da autenticidade, bem como da “sinceridade”, torna problemática a relação entre os indivíduos e seus papéis sociais. Para Trilling *apud* Gonçalves, a noção de autenticidade, quando relacionada a pessoas, tem a ver com o que realmente o indivíduo é, independentemente dos papéis que desempenha em suas relações com o meio; já no que

tange aos objetos de arte, a idéia de autenticidade está ligada à originalidade, ainda que desafiada por algumas das modernas formas de arte. Benjamin (*apud* GONÇALVES, 2001) analisa os objetos, pensando-os como possuidores de uma "aura" que está associada: a sua originalidade; a seu caráter único; a uma relação genuína com o passado; a sua singularidade e a sua permanência. De forma que, os dois últimos entram em detrimento com os objetos "não-auráticos", que são caracterizados pela reprodutibilidade e transitoriedade. Assim, com o desaparecimento da aura, a oposição autêntico/inautêntico tende a uma perda de importância. Mas, como o autêntico provém do original, a arte na modernidade, como o cinema e a fotografia, tendem a perder sua "aura", pois é possível um incomensurável número de cópias; sendo que, para Gonçalves, o mesmo ocorre com os bens culturais que compõem esses patrimônios. Conforme o autor:

A exemplo do que ocorre com as obras de arte na modernidade, os "bens culturais" que compõem esses patrimônios, em função mesmo de sua reprodutibilidade técnica, tendem a perder sua "aura" e a desenvolver o que eu chamaria de uma forma "não-aurática" de autenticidade. Esse fato pode ser usado para problematizar a autenticidade ou realidade de categorias como as de "nação" ou "identidade nacional", na medida em que esta última é supostamente expressa ou representada pelos chamados patrimônios nacionais (GONÇALVES, 2006, p. 2).

Há uma tendência a perda da aura dos bens culturais que usam da reprodutibilidade técnica, de modo que tal reflexão pode ser ampliada na problematização da autenticidade de uma identidade nacional, uma vez que os patrimônios nacionais representam a identidade de uma nação.

Gonçalves, ainda, relaciona o patrimônio cultural aos movimentos étnicos e aos demais ideólogos da nacionalidade, que consideram fundamental desenvolver políticas culturais, como as de patrimônio, com o intuito de construir e comunicar uma identidade de uma nação ou etnia. De maneira que, a nação pode ser caracterizada por uma coleção de indivíduos reais e autônomos, portando, pois, seus atributos, quais sejam: caráter, personalidade, autonomia, vontade, memória etc. Por outro lado, a nação pode ser entendida como uma unidade objetiva, autônoma, com fronteiras territoriais e culturais e que é contínua no tempo. Najjar ratifica Gonçalves quando ressalta que:

A importância do fortalecimento de nossa identidade nacional se reapresenta, hoje, em outros moldes, pois estamos vivendo em um tempo onde o conceito de nação está posto em cheque. A tão propalada globalização faz com que este conceito entre em crise (NAJJAR, 2001, p. 4).

O conceito de nação, pois, que no século XI era estanque, está em crise em razão da globalização.

Além disso, conforme Gonçalves, o mundo físico também é uma coleção de elementos dissociados que, como os indivíduos, para o autor (2006, p. 3): “são em si mesmos o foco de sua realidade última, de sua autenticidade”. Assim, esses elementos e indivíduos são primordiais na convergência da autenticidade de seus patrimônios culturais. Alia-se a isso, que para o estudioso:

Os chamados patrimônios culturais podem ser interpretados como coleções de objetos móveis e imóveis, através dos quais é definida a identidade de pessoas e de coletividades como a nação, o grupo étnico etc (GONÇALVES, 2006, p. 3).

Para Gonçalves, os patrimônios culturais podem ser definidos como um conjunto de objetos móveis e imóveis, por meio do qual se define a identidade de uma coletividade. Porém, Fonseca, abrange essa definição, a medida que percebe esses patrimônios com um conjunto de bens materiais e imateriais definidores dessa identidade.

Handler *apud* Gonçalves analisa a nação por meio da posse de seu patrimônio cultural ou sua cultura, considerando-a como definidora de sua identidade, de modo que a cultura se apresenta como coisa a ser possuída, preservada, restaurada etc. Gonçalves, porém, destaca que não se pode esquecer que o problema dos patrimônios culturais deve levar em conta seu papel mediador entre as diferentes dimensões de tempo. De acordo com o pesquisador:

Muitos dos bens culturais que compõem um patrimônio estão associados ao "passado" ou à "história" da nação. Eles são classificados como "reliquias" ou "monumentos". Assim como a identidade de um indivíduo ou de uma família pode ser definida pela posse de objetos que foram herdados e que permanecem na família por várias gerações, também a identidade de uma nação pode ser definida pelos seus monumentos aquele conjunto de bens culturais associados ao passado nacional. Estes bens constituem um tipo especial de propriedade: a eles se atribui a capacidade

de evocar o passado e, desse modo, estabelecer uma ligação entre passado, presente e futuro (GONÇALVES, 2006, p. 4).

Desse modo, há uma associação dos bens culturais com o passado, assim como a identidade de uma família é marcada pelos objetos herdados, e a identidade de uma nação é caracterizada pelos bens culturais que evocam o passado da nação, de tal forma que se relaciona esse passado ao presente e ao futuro, existindo, pois, uma continuidade temporal da nação.

A evocação do passado está associada a idéia de memória. Para Gonçalves:

Na medida em que associamos idéias e valores a determinados espaços ou objetos, estes assumem o poder de evocar visualmente, sensivelmente, aquelas idéias e valores (GONÇALVES, 2006, p. 5).

Ao associar uma idéia ou valor a um espaço ou objeto, a memória torna possível evocar essa idéia ou valor, embora, para Halbwachs (1999) jamais seja possível evocar o passado tal como ele foi, uma vez que há uma mudança interna no indivíduo.

Gonçalves ressalta o passado ou a memória, como relevantes na construção das identidades pessoais e coletivas, é uma invenção moderna datada do final do século XVIII, quando a autobiografia se consolidou como um instrumento de autoconhecimento pessoal ou coletivo. Em meados desse século e no começo do século XIX assistiu-se um conjunto de tradições, como monumentos, festas, mártires, e outros, sendo inventadas para criar e comunicar identidades nacionais. Conforme o autor:

O passado nacional passou a ser visto como um símbolo usado para fortalecer a presente identidade pessoal e coletiva, em que os monumentos são vistos como parte orgânica do passado e ao se ter propriedade sobre eles, há uma intermediação dos monumentos com o indivíduo e o coletivo, que acabam por relacionar o presente com o passado, por meio de um sentimento de identificação com o que esses bens culturais representam, criando, assim, um outro sentimento que é o de ser "autêntico" portador dos atributos desses monumentos (GONÇALVES, 2006, p. 7).

Para Gonçalves, é importante analisar o critério de autenticidade, uma vez que sua não-problematização exerce um papel importante na estratégia retórica. O autor compara as cidades históricas Colonial Williamsburg, nos Estados Unidos, e Ouro Preto, no Brasil, classificando-as como construções ficcionais, mas frisando que a insistência em percebê-las

como inautênticas, pode levar ao fato de que assim: “jogamos o velho jogo de afirmarmos nossas crenças - na autenticidade - através do seu inverso” (GONÇALVES, 2006, p. 14). Ou seja, o inautêntico é o inverso do autêntico, que por seu lado precisa ser repensado. Nesses casos específicos, o autor acredita que são exemplos da forma de se pensar em autenticidade, pois os considera como exemplos de patrimônio cultural de um momento em que se valorizava a reprodutibilidade técnica, de forma que explicitam a artificialidade e a técnica reproduzida, dos ditos patrimônios culturais, baseados na possibilidade de reproduzir tecnicamente o passado.

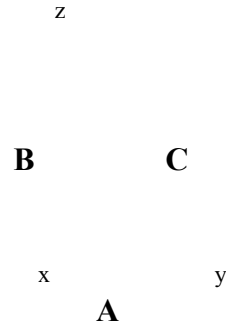
Então, pensar na autenticidade é uma forma de se pensar nos elementos constitutivos da identidade e da memória de um grupo, que podem ser reveladas por meio de seu patrimônio cultural.

Além da autenticidade, inúmeros problemas e discussões rodeiam o estudo dos bens materiais. Barreira e Massimi (2006), por exemplo, propõe a aplicação da fenomenologia como método de análise e estudo das culturas, que ressalta a importância do retorno à materialidade na análise da constituição do mundo da vida. Os autores lembram que a meta dos estudos da fenomenologia das culturas é investigá-las escavando os momentos constitutivos das expressões culturais, para que se possa aproximar o máximo possível de suas origens e trazer à tona seus sentidos profundos. Dessa maneira, permite-se comparar e dialogar culturas.

É preciso pensar conjuntamente em cultura, autenticidade, memória, ideologia, desenvolvimento social, bem como econômico e cultural.

Mas, por que incorporar a autenticidade no discurso da identidade, memória, patrimônio cultural? Em verdade, pretende-se também mostrar como esses vieses podem estar intimamente ligados, de modo que interrelacioná-los torna-se necessário para a compreensão do todo, ou seja, uma compreensão holística. A fim de que possamos compreender a ligação entre tais aspectos, analisemos o cubo abaixo:

Figura 1: um cubo



É possível perceber que o plano A (ou xy) está ligado com o plano B (ou xz) e com o plano C (ou yz), e estes também estão interligados entre si em uma harmonia que remonta o *yin* e *yang* orientais. Ou seja, a autenticidade está ligada com a memória, que está ligada com a identidade e com o patrimônio, e estes também estão interligados entre si; ou ainda poderíamos pensar em uma ligação de patrimônio-Asilo São Vicente de Paulo-Williamsburg-Ouro Preto.

3.2 Título de Patrimônio e atividades cotidianas: Williamsburg, Ouro Preto e Goiás

Gonçalves problematiza dois exemplos de patrimônio cultural, localizados em contextos diferentes: as cidades históricas de Colonial Williamsburg, nos Estados Unidos, e Ouro Preto, no Brasil. Autor discorre que, embora esses espaços estejam associados às idéias de identidade e memória nacional, os ideólogos do patrimônio consideram Williamsburg como um exemplo de "inautenticidade". Gonçalves considera a idéia de uma forma "não-aurática" de autenticidade que dispensa um vínculo orgânico com o passado, de tal modo que o aspecto da "recriação" torna-se maior que o aspecto da "herança".

Gonçalves conclui que lugares como Williamsburg e Ouro Preto podem ser marcas de uma época em que a reprodutibilidade técnica era sobressaltada nos patrimônios culturais, mantendo, pois, uma relação orgânica e real com a nação, sua identidade e seu

passado. Porém, não nos debruçaremos sobre a questão da autenticidade, apenas discorreremos acerca das diferenças entre os locais em análise.

Ao se analisar a preservação histórica nos Estados Unidos, Williamsburg configura-se uma referência necessária, seja para mostrá-la como um modelo negativo, seja como um modelo positivo. Com efeito, tão marcante é essa referência que há quem divida a história do movimento preservacionista americano em antes e depois de Williamsburg.

Com relação a sua história, Williamsburg é uma cidade do estado da Virgínia, que foi capital do domínio inglês na América do Norte, no século XVIII. Com a Revolução, houve uma mudança de capital nos Estados Unidos que sediou-se em Richmond e depois para Washington. Com isso, a cidade de Williamsburg entrou em decadência e acabou por ser esquecida no decorrer do século XIX.

A cidade só foi redescoberta na segunda década do século passado e passou a ser reconstruída, sob o patrocínio de John D. Rockefeller, com o objetivo refazer a cidade tal qual ela era no século XVIII tanto urbanística quanto arquitetonicamente. Neste projeto havia propósitos de afirmação de uma identidade genuinamente americana.

Conforme Gonçalves (2006, p. 6): “O processo de reconstrução assumiu dimensões gigantescas”. Como pretendia-se recriar a Williamsburg do século XVIII, então destruiu-se o que havia sido construído depois disso, tendo, a esse fato, atribuído uma "artificialidade" ou "inautenticidade" da preservação.

Esse modelo de preservação previa que um prédio deveria ser reconstruído integralmente ao que teria sido em sua construção original, retirando os elementos intermediários que foram sendo adicionados ou modificados ao longo do tempo. Para Gonçalves (2006, p. 7): “O propósito da reconstrução de Williamsburg era apresentar o passado do modo mais "preciso" e "objetivo" possível”.

Para engendrar tal restauração foi contratada uma grande equipe de arquitetos, engenheiros, historiadores, arqueólogos e outros profissionais para a devida restauração e recriação do passado de Williamsburg em 1775, às vésperas da Revolução. Contudo, é notório que o modo de vida em Williamsburg não era mais como em 1775, senão por encenações teatrais. De acordo com Gonçalves (2006, p. 7):

Além disso, a recriação não atinge apenas os prédios, as ruas e os objetos. Ela assume também um aspecto dramático na reencenação, por uma grande equipe de atores, do cotidiano de Williamsburg no século XVIII e mais precisamente no ano de 1775. Esses atores vestem-se tal como homens e mulheres supostamente vestiam-se naquela época, realizam atividades econômicas e sociais daquele período e falam um inglês tal como era supostamente falado naquele século. Movimentam-se com naturalidade pelas ruas e prédios da cidade e fingem ignorar a presença dos visitantes. Ao serem abordados, não saem do seu papel e conduzem-se rigorosamente de acordo com o personagem que estejam representando. A cidade nos sugere a imagem de uma miniatura. O passado parece existir dentro de uma redoma, desconectado de um presente, de um futuro ou de um passado reais.

A vida cotidiana só ocorre em Williamsburg como em 1775 pelas peças teatrais. Esse espaço, afirma Gonçalves, não sugere Antigüidade, mas coisas recriadas, desaparecendo a aura de que trata Benjamin.

Mas, não é só nos Estados Unidos que tem-se exemplo da reprodutibilidade benjaminiana. No Brasil, por exemplo, Ouro Preto também é um marco de um tempo em que após a decadência municipal houve um redescobrimto, prezando-se por reproduzir sobressaltando o imaginário.

Conforme Iraci Del Nero da Costa (1992), Ouro Preto nasce com o advento das bandeiras que descobrem ouro no final do século XVII e a notícia logo se espalha. Em 1698, o paulista Antônio Dias de Oliveira alcança a região do Itacolomi e, descobrindo ouro, resolve se estabelecer, mandado buscar amigos e parentes em Taubaté. O número de bandeiras que se dirigem à região cresce espantosamente, já que o metal procurado é abundante. Desde então são erguidas rústicas capelas em adobe e palha. A inexistência de trabalho agrícola acarreta em fome, induzindo muitos aventureiros a abandonar seus achados e retornar às suas terras de origem. Mas, ainda sim a chegada à região é intensa e, entre 1708 e 1709, os paulistas se revoltam contra os novos habitantes, cuja maioria era composta por portugueses, baianos e pernambucanos. Gera-se, então, a Guerra dos Emboabas, cuja vitória é alcançada pelos portugueses liderados pelo comerciante Manuel Nunes Viana. Após a guerra, os pequenos povoados foram ganhando novas edificações, e o comércio foi surgindo com certa intensidade, dando configuração urbana à primitiva região mineradora.

Com o crescimento desses arraiais, o governador da capitania Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho cria, em 1711, Vila Rica.

De 1730 a 1760, a produção aurífera atinge seu apogeu. Ao final do governo Gomes Freire, em 1763, já se vislumbra a decadência do período aurífero com um colapso econômico e começam a serem lançadas as derramas (COSTA, 1992).

No início do século XIX, Vila Rica já não é mais um pólo econômico do país, embora não tenha entrado em falência total. Em 1823, é elevada a capital da Província de Minas Gerais, passando a se chamar Imperial Cidade de Ouro Preto. Mas, em 1897 é inaugurada a nova capital Belo Horizonte, a partir de quando a cidade esvazia-se quase que por completo, já que famílias inteiras transferem-se para a nova capital. Em 1924, a cidade é visitada pelos modernistas Oswald de Andrade, Mário de Andrade, Tarsila do Amaral, e pelo poeta francês Blaise Cendrars, em cuja visita se começou a revalorizar o barroco como estilo nacional (*idem*).

Segundo Gonçalves, até os anos 20 e 30, Ouro Preto era mais uma das várias ‘cidades mortas’ do Brasil. Entretanto, em razão da visita dos intelectuais modernistas, Ouro Preto é elevada, em 1933, por um decreto presidencial, à condição de “monumento nacional”. Nos anos 60, passa a integrar-se ao "patrimônio cultural da humanidade".

Criou-se entre a década de 1920 e 1930 um culto a Ouro Preto e às cidades históricas de Minas, bem como à arte e arquitetura religiosa barroca do século XVIII mineiro. Esse culto é bastante divulgado por meio de livros, artigos de jornais e revistas, fomentando o turismo. Para Gonçalves (2006, p. 8): “Ouro Preto é assim dimensionado no imaginário coletivo brasileiro como um poderoso símbolo da identidade brasileira. Um símbolo barroco e mineiro”.

Mário de Andrade escreve *Guia de Ouro Preto*, e também visitam e escrevem sobre a cidade Oswald de Andrade e depois Carlos Drummond de Andrade. Então, a cidade vai revestindo-se de ficção. Mais tarde, em 1965, Cecília Meireles publica *Romanceiro da Inconfidência* revalorizando a região.

Embora claramente diferentes, Williamsburg e Ouro Preto são, para Gonçalves (2006), construções ficcionais, ou seja, reproduzem o passado como uma ficção,

reinventando-o, mas são importantes justamente por explicitar a artificialidade e a técnica de reprodução dos patrimônios culturais e determinadas épocas e localidades.

Em ambas as cidades a vida cotidiana não ocorria indiferente às mudanças, se em Williamsburg a vida é uma peça de teatro, em Ouro Preto ela também é revestida de fantasia. Outro exemplo de questionamento quanto à vivência cotidiana frente ao título de patrimônio é o de Salvador, na Bahia, cuja revitalização do Pelourinho foi marcada pela polêmica retirada dos moradores de suas próprias casas situadas dentro do conjunto que se chama de Pelourinho; diferindo tanto de Williamsburg e Ouro Preto (que isolaram-se pelo esquecimento até serem “redescobertas”) quanto da Cidade de Goiás (onde os moradores vivem suas vidas em meio aos bens materiais antigos).

Cabe frisar, que, embora Gonçalves tenha se esforçado em comparar Williamsburg e Ouro Preto, a descontinuidade de Ouro Preto não se compara à de Williamsburg, já que esta encena sua história, enquanto Ouro Preto passou por descontinuidade populacional, mas continuou existindo como uma cidade.

No que tange à Cidade de Goiás, o órgão responsável por instituir o Patrimônio Nacional, então chamada Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN) foi ao município no começo da década de 1950, com o intuito de realizar o tombamento dos principais edifícios públicos e religiosos, que representavam o acervo arquitetônico setecentista. Nesta ocasião o DPHAN foi, conforme Andréa Ferreira Delgado (2005), recebido com desconfiança. Mesmo assim, nos anos 50 foram tombados individualmente os bens:

- Igreja de São Francisco de Paula;
- Igreja de Nossa Senhora do Carmo;
- Igreja de Nossa Senhora D’Abadia;
- Igreja de Santa Bárbara;
- Igreja da Boa Morte;
- Imagem de Nossa Senhora do Rosário;
- Quartel do XX ° Batalhão da Infantaria;
- Museu das Bandeiras;
- Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Praça Brasil Caiado;

- Palácio Conde dos Arcos, armas de Portugal e dois bustos em pedra;
- Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Rua da Fundação; e
- Igreja de São João Batista do antigo Arraial do Ferreiro.

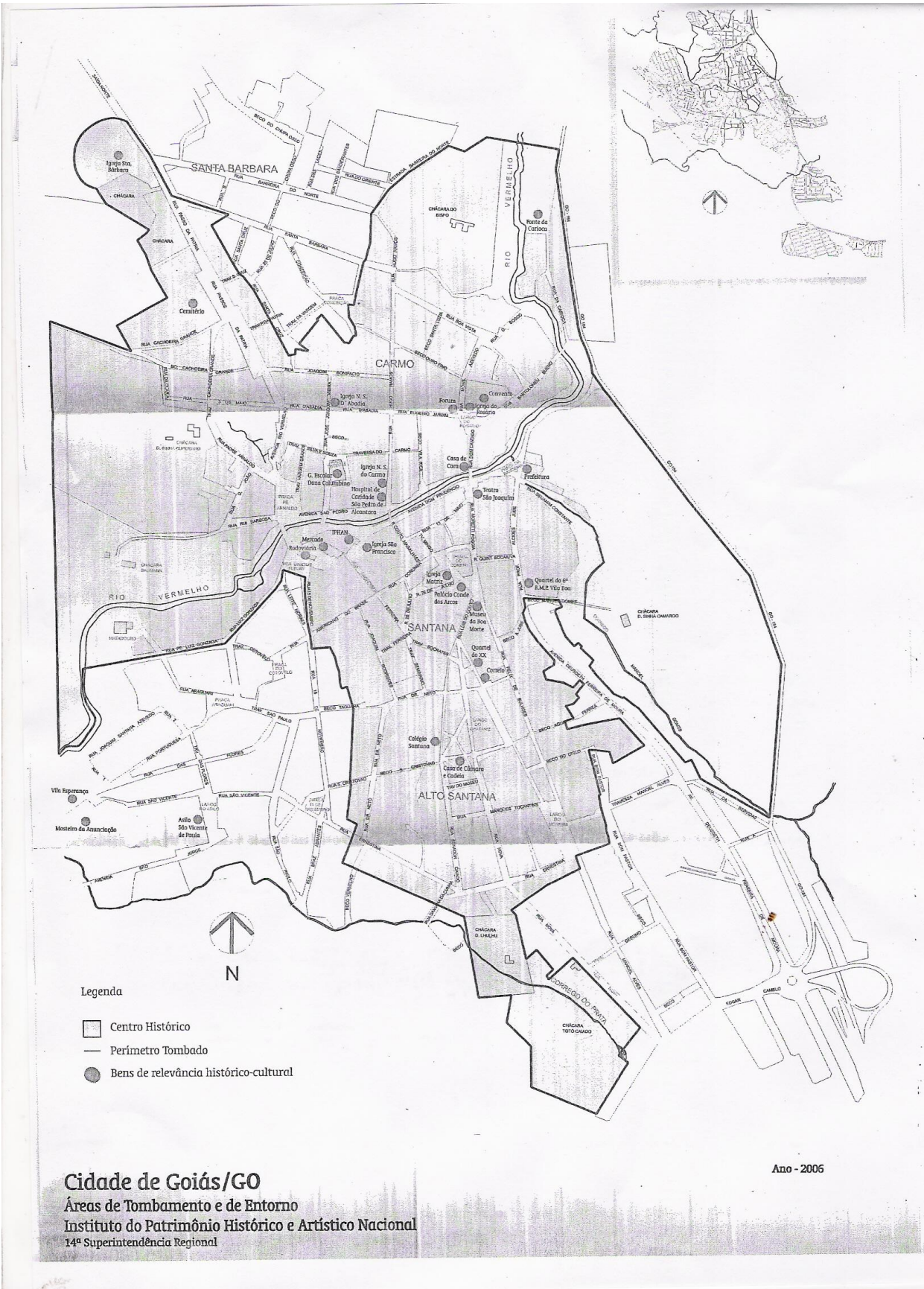
Em 18 de agosto de 1978 o tombamento foi estendido ao Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Cidade de Goiás. Neste momento, foram adicionados diversos elementos aos bens já tombados em 50, à medida que se traçava uma área para o centro histórico.

Ao final da década de 90 foi reivindicado o título honorífico concedido pela Unesco aos sítios de irrefutável valor patrimonial. O dossiê de Goiás justifica a singularidade pelos prismas: de ser o primeiro centro urbano oficialmente planejado a oeste da linha de Tordesilhas; de possuir uma estrutura urbana informal vernacular, diferente dos centros urbanos de Minas Gerais; de refletir nas estruturas urbanas das cidades goianas congêneres; e por fim, de seu núcleo de arquitetura vernacular expressar a cultura da coletividade, suas relações com o território e a expressão da diversidade cultural planetária. Desse modo, a cidade representaria de forma mais precisa o que teriam sido as cidades brasileiras nos séculos XVIII e XIX.

Com efeito, o título de Patrimônio da Humanidade concedido em 13 de dezembro de 2001, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco), resultou-se de uma mobilização iniciada em 1998, pelo: Movimento Pró-Cidade de Goiás–Patrimônio da Humanidade; entidades da cidade; Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN); e governos municipal e estadual.

Em 2006, a 14ª Superintendência Regional do IPHAN publicou um mapa das Áreas de Tombamento de Entorno da Cidade de Goiás, neste mapa o Asilo São Vicente de Paulo recebe a mesma legenda de bem de relevância histórico-cultural que os famosos bens já tombados em 50. Ocorre, porém, que este asilo é colocado fora do perímetro tombado e dentro da região de Entorno. Mas, quais as razões para isso? Estaria localizado na periferia por que seria um espaço periférico? Na Figura 01 há as Áreas de Tombamento e de Entorno.

FIGURA 01 – Áreas de Tombamento e de Entorno. Fonte: IPHAN (2006).



Delgado analisa uma “invenção de tradições” na cidade de Goiás parafraseando Hobsbawm, porém para a autora a “tradição inventada” refere-se ao conjunto de práticas reais e simbólicas instituídas, alicerçadas na invariabilidade, na repetição e na continuidade com o passado; de modo que se distancia da idéia hobsbawmiana (HOBSBAWM, 1984), desse passado como “real ou forjado”, que distingue as tradições construídas e formalmente institucionalizadas das tradições genuínas. Delgado utiliza o termo “invenção da cidade”, advertindo para uma seleção da memória coletiva como uma violência simbólica. Para a autora:

A expressão “invenção da cidade” pretende chamar a atenção para o trabalho de produção, gestão e imposição de determinada memória coletiva que objetiva Goiás como testemunha da história e guardião do patrimônio nacional, merecedora, por isso, do título de “Patrimônio da Humanidade”. Investigar a instituição de Goiás como cidade histórica é, portanto, indagar acerca dos atores e das estratégias de “enquadramento da memória”, na acepção de Michel Pollak (1989) (DELGADO, 2005, p. 114).

É neste sentido que a estudiosa afirma ter havido invenção das tradições locais promovida pela Organização Vilaboense de Artes e Tradições (Ovat) em parceria com o Iphan. A Ovat que teve como único presidente o advogado Elder Camargo de Passos, foi criada em 1965 com o intuito de preservar, “resgatar” e manter as tradições vilaboenses. Para tanto, considerou-se a cidade como um marco da memória goiana.

Goiás foi reconhecida como patrimônio por ter sido a capital por mais de dois séculos, conservando a estrutura urbana as construções do século XVIII, mas também por valores imateriais que são instituídos. Segundo Delgado:

A inserção de Goiás no mapa do patrimônio não se justifica simplesmente pelo desejo de preservar suas construções como vestígios do passado, cujos valores seriam supostamente intrínsecos aos objetos e preexistentes a qualquer classificação. O órgão do Patrimônio Nacional não descobre o valor estético e histórico dos bens; pelo contrário, ele institui esses valores.

A autora acrescenta que a Ovat trabalhou no sentido de compor uma memória constituinte do patrimônio imaterial de Goiás, de forma que institui a cidade como “berço da

cultura goiana”. Neste sentido, o nome Cora Coralina foi usado simbolicamente para consagrar Goiás como cidade histórica e turística.

A primeira intervenção do DPHAN não teve uma política efetiva de gestão dos bens tombados, já que não causou alterações no desenvolvimento urbano. A cidade foi lentamente, com o advento da Ovat na década de 60, constituindo-se como cidade histórica e turística. A Ovat passou a empreender ações no sentido de: reabrir o Gabinete Literário; revitalizar os saraus; pesquisar e registrar as manifestações folclóricas e musicais; reunir no Museu da Cúria e, depois, no Museu de Arte Sacra da Boa Morte o acervo de arte; modificar a celebração da Semana Santa, recolocando a Procissão do Fogaréu. Conforme Delgado (2005, p. 121):

A cidade de Goiás, incorporada ao campo do patrimônio pelo Iphan, é investida de significados por esse processo de “invenção de uma tradição”, que objetiva a construção da “identidade vilaboense”. Para produzir o patrimônio imaterial, atribuem-se conteúdos simbólicos a determinadas práticas culturais, sacralizando-as como genuínas e autênticas por testemunharem a “identidade” regional cuja origem configura-se na cidade ancestral, onde se deu o início da formação intelectual do povo goiano.

Objetivando uma construção identitária em Goiás, tradições foram sendo “inventadas”, não forjando o passado, mas selecionando elementos das memórias vilaboenses e atribuindo novos símbolos às práticas culturais. Dessa forma, o que diferencia Goiás de Williamsburg e Ouro Preto é que enquanto nesses locais as práticas culturais não mais existiam, em Goiás elas apenas foram revestidas de novos símbolos. Enquanto em Williamsburg atores contratados forjam a vida de outrora, em Goiás essa vida dinâmica ocorre de fato preservando os referenciais culturais.

Na cidade de Goiás seu dinamismo urbano e o saber-fazer não deixaram de existir, como com os alfenins, os pastelinhos, os licores, o empadão, que apenas receberam um caráter atrativo.

O Asilo São Vicente de Paulo, como parte da Cidade de Goiás, também preserva o patrimônio cultural nele existente, e talvez em virtude da preservação arquitetônica que é incorporado ao conjunto de bens de relevância histórico-cultural do Entorno do Centro Histórico, de modo que seu cotidiano convive em meio aos bens do início do século XX (quando foi inaugurado), conforme analisado no capítulo seguinte.

Mas, o que caracteriza o asilo como patrimônio? O fato de possuir objetos antigos? Antiguidade não é necessariamente uma tradição ou critério para se considerar algo patrimônio, então por que foi entendido como bem de relevância histórico-cultural? O que representa a arquitetura do asilo para a cidade? O que representa o convívio com os bens materiais antigos do Asilo para os moradores deste local e os moradores da Cidade de Goiás?

Vimos o quanto o conceito de patrimônio tornou-se complexo desde o século XVIII, quando da visão reducionista de patrimônio como história e passado. O asilo possui uma construção arquitetônica que é única na cidade, porque enquanto entorno do Centro Histórico é marcado por uma arquitetura vernacular, mas não aquela do século XVIII em que usava a taipa, a pedra-sabão, etc, mas uma arquitetura que tem no piso as largas madeiras corridas e as paredes também largas feitas de adobe, que continuou sendo um material vernáculo só que do começo do XX, ou seja, utilizou uma forma arquitetônica de outro contexto histórico-social, mas que não é nem o contexto da arquitetura do século XVIII e nem o contexto da arquitetura contemporânea utilizada atualmente.

Assim, o asilo é um prédio de excelência histórica por ser exemplar de um período transitório entre o começo do povoamento no Arraial de Sant'Anna e o século XXI na Cidade de Goiás.

O asilo por ser um espaço de velhos é antes de tudo um espaço de memórias e de lembranças, que, na perspectiva halbwachiana, referem-se a reviver e reconstruir o passado com dados do presente. Ocorre que, conforme pensou Le Goff, a memória salva o passado com a finalidade de servir ao presente e ao futuro. O asilo refere-se a uma arquitetura do passado, mas as práticas cotidianas de assistência social servem ao presente.

Goiás, desde sua fundação foi, conforme Chaim, um espaço pluricultural e, em razão de sua cultura (ou culturas) se renovar e se recriar num processo dinâmico, tornou/a possível construir sua própria identidade, que por seu modo se revela por meio de seu Patrimônio Cultural, que abrange, além dos bens culturais móveis e imóveis, inúmeras formas de expressão cultural da sociedade. No Asilo São Vicente de Paulo esses bens culturais estão, sobretudo, na arquitetura predial, mas o convívio com os bens antigos não ocorre por uma obrigação de preservação, mas talvez pelo modo de vida que foi se

instituindo ao longo do tempo, tanto pelos internos, quanto pelas irmãs, funcionários, etc. Ou seja, diferente de Williamsburg e Ouro Preto, o Asilo São Vicente de Paulo preserva o passado, vivendo no presente com bens desse passado, mas também como elementos do tempo atual.

CAPÍTULO IV

HISTÓRIA E COTIDIANO DO ASILO SÃO VICENTE DE PAULO

*Eu que falei em mil línguas
conheço a piedade que mora nas palavras: garoa, asilo, hospital, penumbra.
Conheço a aflição que estas palavras põem na lama.
O fervor de conhecer o triste.
Eu que o sei, que fui pobre, estrangeiro, sombrio.
Sei também que há que humilhar-se mais além da súplica,
até ao sangue até deixá-lo limpo,
até sentir sua transparência coagulada na face,
até poder olhar o rosto da inocência.*

(Pablo Armando Fernández)

Costa explica que após a Guerra dos Emboabas, a região da atual Ouro Preto ganha novas edificações surgindo como um núcleo urbano. Mas, quem não saiu vitorioso dessa guerra viu-se obrigado a penetrar no interior do Brasil, a partir de quando foi-se formando o Arraial de Sant'Anna, que mais tarde é chamado de Vila Boa e atualmente Cidade de Goiás. Assim, diferente de Williamsburg, cujo contexto em muito se difere do brasileiro, tanto Vila Rica quanto Vila Boa tiveram semelhanças em seus contextos de formações urbanas.

O ciclo do ouro em Goiás, como ressaltou Palacín, teve fim no começo da década de 80 do século XVIII, quando desencadeou a pobreza que salientou Magalhães. Ouro Preto, porém, demorou mais tempo até que cessasse o período aurífero; já que nas primeiras décadas do século XIX ainda havia extração de ouro, mas quando, em 1897, houve a transferência da capital, a cidade se esvaziou quase por completo. Goiás, ao contrário,

embora pobre, não sofreu esse mesmo descontínuo populacional quando transferiu-se a capital para Goiânia em 1937 e a cidade seguiu com seu cotidiano.

A situação econômica sim mudou no período após a Revolução de 30 e a decorrente transferência da capital do Estado de Goiás. As forças políticas vilaboenses perderam espaço e a cidade foi crescendo em torno do centro histórico. Dessa forma, o Asilo São Vicente de Paulo, localizado na periferia do centro histórico, foi recebendo novas vizinhanças.

O Asilo de São Vicente de Paulo era, na época de sua construção, um dos maiores edifícios do Estado. Foi construído pela Sociedade de São Vicente de Paulo como um asilo para os mendigos da capital (AZEVEDO, 1987).

4.1 O Asilo São Vicente de Paulo sob uma perspectiva histórica

Foi em razão da pobreza que permeava o século XIX em Goiás que os vicentinos, preocupados com os pobres, viram-se na dificuldade de pagar mensalmente aluguéis para que eles não continuassem (ou tornassem) moradores de rua. Em 1886, surgiu esta idéia entre os vicentinos, mas não foi aceita pela maioria dos sócios e só dois anos mais tarde, em 1888, é que foi aprovada por grande maioria, embora não tenha tido nesta data a devida execução.

A Conferência Nossa Senhora do Rosário da Capital, em 1889, alugou dois prédios contíguos, na rua Passo da Pátria, reunindo pobres a serem socorridos.

Em 1899, o confrade João Cardoso D'Avila propôs em sessão de 16 de setembro, do Conselho Particular das conferências de São Vicente de Paulo a fundação de um asilo para os mendigos; e esta proposta foi aceita por este conselho (AZEVEDO, 1987). Para a execução da proposta criou-se uma comissão que apresentou a planta e o plano que a edificação deveria seguir. Em 23 de setembro, o Conselho nomeou uma nova comissão para edificar o asilo e concedeu, para ajudar nas primeiras despesas, cem mil réis. A planta foi elaborada por João Cardoso, na qual o edifício seria quadrangular, medindo cada face 80 metros; mas a planta original foi modificada para construir no centro dois salões separados por um corredor, que dirigia-se à Capela e à um salão de reunião da comissão administrativa

do edifício. Contudo, a planta seguida que permaneceu durante quase todo o século XX, foi elaborada pelo professor Henrique Peclat.

Em 28 de Outubro de 1899, o Conselho Particular requereu à Câmara Municipal a concessão do terreno nos subúrbios da Capital, que media 14400 m² tendo sido concedido pelo prefeito José Neto Carneiro Leão via lei municipal n.º 67 de 30 de novembro de 1899. A provisão do prédio foi passada em 07 de fevereiro de 1900.

Os próprios confrades ajudaram na roçagem do terreno, mas a sociedade em geral ajudou nessas primeiras ações e, inclusive, organizou espetáculos para angariar fundos.

O *Anuário para o ano de 1910* sob responsabilidade de Francisco Ferreira dos Santos Azevedo (1987, p. 111) destaca que:

Posto que na sua construção se empenhassem quasi todos os confrades da benemerita Sociedade, manda porém a justiça que consignemos os nomes dos confrades Francisco Martins d'a Costa, coronel Luiz Alves Pinto, Manoel Luiz da Silva Brandão e Joaquim Guedes de Amorim que não pouparam sacrificios para concluir num prazo relativamente pequeno, esse vasto edifício que ha de attestar aos vindouros que a caridade foi sempre um dos attributos do povo goyano.

Então, a presença leiga é marcante sob as formas dos confrades que voltavam-se para a caridade, tal qual a visão vicentina. Com a agilidade buscada por esses confrades, no ano de 1900, em agosto, Eduardo Duarte Silva, Bispo Diocesano, benzeu a primeira pedra do edifício. Cerca de 40 (quarenta) homens trabalhavam todos as tardes no asilo, enquanto as crianças ajudavam carregando pedras menores. O diretor da construção era o vicentino, comerciante de tecidos, Sr. Francisco Martins. A Sra. Cecília Brandão cuidava de cozinhar para quem estava trabalhando na roçagem e soltava um foguete que anunciava a hora do almoço: “a turma vinha 2 a dois cantando, dansando e cruzando-se as foices, procuravam seu prato de comida. Era hora do velho nagô apresentar seus famosos versos e mostrar sua verve” (FUNDAÇÃO DO ASILO, s/d, p. 6).

Em outubro de 1901, o Pe. Gallais ficou incumbido de providenciar as irmãs para a administração interna do asilo. Embora, fosse o Conselho Central de São Vicente de Paulo o mantenedor do asilo, os dominicanos já faziam-se presentes desde sua inauguração, já que neste momento, o serviço interno era realizado por três irmãs dominicanas com o intuito de

gerir o Asilo. A administração ficava sob responsabilidade de uma Junta eleita anualmente pelo Conselho Particular da Sociedade São Vicente de Paulo da Capital composto por três membros, além das três irmãs dominicanas que gerenciariam internamente o estabelecimento.

Em 1905, em razão da criação de várias dioceses o bispo D. Eduardo foi transferido para Uberaba, e, em 1908, o Padre Pio X leva para Goiás D. Prudêncio Gomes da Silva, que de pronto anseia inaugurar o asilo, de modo que os vicentinos foram levados a buscarem maiores esforços e em janeiro de 1909 já estava quase pronto, mas neste mês o bispo marcou para 25 de julho a inauguração. Solicitou-se às irmãs do colégio Sant'Anna que providenciassem as primeiras irmãs para administrarem internamente a obra. As irmãs foram e solicitaram alterações na cozinha e a instauração de sanitário, que havia sido olvidado, de forma que em vinte dias as obras já haviam colocado o prédio em conformidade com as solicitações das irmãs. No dia 25 de Julho de 1909 duas irmãs foram solicitadas do colégio, quais sejam: irmã Maria Helena, superiora, e irmã Isabel. Posteriormente a Madre Geral verificou que a Ir. Isabel estava debilitada e enviou uma terceira irmã a Nazaret, que como iria para Conceição do Araguaia, seria logo substituída.

A construção findou-se em 25 de Julho de 1909, quando foi inaugurado o asilo de mendicidade, com a presença do novo bispo D. Prudêncio Gomes da Silva, do presidente do Estado, de desembargadores, funcionários civis e militares, toda a sociedade São Vicente de Paulo e a maior parte da comunidade. O bispo celebrou a missa ao ar livre para solenizar ainda mais a cerimônia, que contava também com outros clérigos, como Frei Germano Leeh e o Vigário Geral Pe Caetano Donato Correa. Ao terminar a cerimônia o Bispo levou o Santíssimo Sacramento ao Sacrário da Capela, tornando-se o primeiro asilado e em seguida foram todos os presentes tomar cafezinhos, mas as cadeiras eram raras, assinalando os problemas por vir. Após o benzimento de toda a Casa, reuniram-se o bispo e os vicentinos, havendo uma Assembléia Geral com a presença de todos os confrades. O Sr. D. Prudencio, entregou aos dominicanos a assistência espiritual e entregou as chaves da Casa à irmã Helena, que ajoelhou-se para tanto.

Os confrades dirigiram para o antigo asilo localizado na Rosa Gomes, onde tem-se um beco, do qual chegava ao depois chamado de Chácara do Sr. Santomé; e buscaram os

futuros asilados, carregando nos braços os que não podiam andar e os portadores de necessidades especiais, chamados então de bobos ou idiotas. Ora, mas o asilo não tinha como ideal abarcar os mendigos? Mas, quem eram os mendigos? Quem necessitava de ajuda? Ora, os portadores de necessidades especiais estão inseridos desde o começo do asilo até os dias atuais.

No primeiro dia tiveram onze asilados, dos quais quatro eram homens e sete mulheres. Oito dias depois mais uma senhora foi asilada. Em poucos dias, a Ir Nazaret partiu para Conceição do Araguaia, sendo substituída por Gustavo.

A Casa foi mantida, naquele momento, pelo Conselho Central de São Vicente de Paulo, com auxílio de doações. Verifica-se ainda a participação do poder público nas despesas da construção. Inicialmente o conselho municipal concedeu a verba de 600 mil réis anuais, o Estado 8 contos de réis e a União 3 contos. Mais tarde, porém, a União libera mais recursos totalizando 12 contos de réis e o governo municipal vai ao poucos enviando recursos. Assim, quantidade despendida até a sua inauguração, 39 contos de réis, foi dividida em:

- ◆ 12 contos de réis: União por meio de loterias;
- ◆ 8 contos de réis: Governo estadual;
- ◆ 5 contos de réis: Governo municipal; e
- ◆ 14 contos de réis: doações.

Um documento datilografado com folhas bastante envelhecidas, sem autoria identificada, encontrado no interior do asilo pelas irmãs que lá atuam atualmente mostra o envolvimento religioso da comunidade ao atribuir certos fatos cotidianos a milagres divinos. O documento narra a preocupação do Sr. Francisco Martins com as obras da construção do asilo da seguinte forma:

Um dia, antes da abertura do comércio, preocupado com as obras, dirigiu-se para sua loja, abriu o caderno de contas do Asilo, verificou a receita e as despesas, teve consciência que humanamente não se chegaria ao fim da obra por falta de recursos, olhou, verificou mais uma vez os números e eis que uma rosa cai entre as páginas abertas do caderno. Parecia ter saído do telhado, mas ele correu à porta para ver quem teria jogado aquela rosa lá dentro. Ninguém passava pela rua. Ele voltou, pegou a rosa, olhou, examinou a sua toilette acetinada, o orvalho que beijava-a, seu frescor, sua beleza indescritível era testemunhas de que

ninguém a tocara... Estava úmida do sereno da madrugada... E ele interpretou: é Deus, é Deus que vem me dizer pela beleza desta flor que nosso trabalho é mais lindo ainda e que nós seremos vitoriosos. Com efeito, poucos dias depois, um amigo da obra dava 200\$000 para continuar a construção. E eis o Sr. Franscico Martins, pela escada acima, carregando madeiras, para não ter que pagar servente (FUNDAÇÃO, s/d, pp. 5-6).

Foi, então, com essa raiz religiosa que foi-se tecendo o processo histórico do asilo.

Ao tombar um conjunto arquitetônico da cidade de Goiás em 1978, o Asilo São Vicente de Paulo não estava nele incluído. Mas, ao se demarcar mais tarde, em 2002, as Áreas de Entorno o asilo estava lá incluído e sendo considerado um bem de relevância histórico-cultural, tal qual os bens dentro da área tombada. Para compreender a importância social do asilo para a cidade recorremos a uma ativista da cidade, Autolinda B. Borges, chamada de Tia Tó, para quem:

O asilo tem uma importância muito grande para a cidade de Goiás não só por ser filantrópico, mas por todas as ações, como a fisioterapia e equoterapia. É uma das instituições mais importantes de cidade pelo trabalho que social que faz (informação verbal).

Tia Tó não tece considerações sobre a importância do prédio do asilo enquanto bem histórico, mas muito mais um asilo enquanto benfeitor, uma instituição sócio-cultural. Por que é renegado o reconhecimento de seu valor histórico? O asilo é um prédio do começo do século XX, construído com adobes nas paredes e madeiras no piso, que em muito se difere da arquitetura vernácula (com pedra-sabão, taipa, etc.) da cidade, mas sua importância não deve ser reduzida ao seu trabalho social, ao contrário é preciso reconhecê-lo com um bem que ilustra a transição da famigerada arquitetura do século XVIII para a arquitetura do começo do século XXI.

4.2 A Estrutura do Asilo São Vicente de Paulo

O Asilo São Vicente de Paulo, que possui 84 (oitenta e quatro) internos, é dirigido por três freiras dominicanas: Ir. Acirema Vieira de Souza, diretora do asilo; Ir. Verônica assistente social, auxiliar de enfermagem e cozinheira; e Ir. Minervina Gomes de Souza,

assistente social, tesoureira da província, e ecônoma das Irmãs. Contudo, a presença vicentina pode ser percebida na entrada do asilo, onde há um quadro com as fotos dos moradores do asilo e abaixo dele está escrito: “Aqui tem gente feliz – SSVV”, cuja sigla significa Sociedade São Vicente de Paulo. Além disso, ao lado do asilo há uma capela vicentina, onde as irmãs rezam todos os dias às 6h e 30min da manhã.

Essas freiras (que eram quatro, mas uma delas dirigiu-se para outra missão) chegaram ao asilo nos últimos dias do mês de outubro de 2005, quando do falecimento da Ir. Maria Aspásia Lisboa (21/10/1925 à 28/10/2005). Seu nome de batismo era Rulde José Lisboa, filha de Altíssimo José Lisboa. Salma Saddi Wares de Paiva, superintendente da 14ª Superintendência do IPHAN, narra que:

Em sua labuta diária, era vista nos corredores do Asilo, em meio aos internos, desdobrando-se para que nada faltasse a eles. Que não faltasse o remédio, a comida, a cama, o cobertor e o artigo mais desejável: o carinho (PAIVA, 2005, p. 8).

Estivemos no asilo antes da morte da irmã Aspásia, que era por muitos chamada de Amaspásia (em depoimento a irmã afirmou que o correto era Aspásia, embora por razões que ela desconhecia, quase todos a chamassem de Ir. Amaspásia). Identificamos lá a permanência da arquitetura do início do século XX, com piso de madeira, paredes altas e largas, janelas e portas largas também de madeira, presença de porão, etc.

Percebemos várias vezes o contraste entre o antigo, que remonta a época de inauguração do asilo (início do século passado); e o novo, que refere-se aos bens das últimas décadas do século XX e início do século XXI.

No que tange às acomodações do asilo, estas são em forma de U ficando a maioria dos internos do lado direito do U, com exceção de uma senhora muito doente que alimenta-se por sonda e não sai da cama e outras duas que ficam cada uma em um apartamento de visita do lado direito de U. Sem rigor de proporções o asilo pode ser visualizado conforme a Figura 02.

FIGURA 03 - Fachada frontal do Asilo São Vicente de Paulo, onde a data de sua inauguração se destaca
(PRUDENTE, 2006)



É possível perceber que as janelas de vidro diferenciam-se das janelas do século XVIII, como também diferenciam das marcas do contemporâneo, sendo, pois, uma fachada moderna, no sentido representativo sua época, início do século XX. A fachada principal, que chamamos de base do U, pode ser visualizada na figura 04.

FIGURA 04 - Base do U formador da área construída do Asilo São Vicente de Paulo (com parreiras de uva em frente) (PRUDENTE, 2006)



É fácil averiguar a larga espessura das paredes e pilastras. Além disso, as telhas também indicam a época construída. As portas e janelas de madeira são maiores que as atuais.

Na fachada principal também há dois quartos de internos, o escritório de contabilidade e um quarto onde ficam os mais doentes e uma sala de enfermagem ao lado desse quarto. Há também uma sala de máquinas de costura, com treze máquinas, sendo doze velhas ainda de pedal e apenas uma nova de energia.

Na parte esquerda desse U, que guarda as características mais marcantes do final do século XIX e começo do XX, está a residência das freiras, cujos móveis são adornados por

uma mistura barroca e vernacular. Ao lado da residência há um escritório com utensílios como máquina de fotocopiar e computador pessoal, marcadamente novos, mas dentro de um ambiente notadamente antigo. Há ainda dois quartos de visitas (numerados por 2 e 3) com quatro camas cada, armário embutido, penteadeira, cômoda e um banheiro com um chuveiro, vaso e pia. Em seguida há dois quartos com internas (numerados com 4 e 5) e; por fim, uma despensa. Em razão do desnivelamento do terreno o final de cada parte do U é composta por dois pisos. Na parte inferior do prédio (desse lado esquerdo) está a cozinha e o refeitório dos internos.

Do lado direito do U, há um filtro das últimas décadas do século passado e ao lado um banheiro com quatro pias, um vaso e três chuveiros. Há também um armário antigo ao lado de quatro cestas de material plástico, de modo que se aclara o convívio entre novo e antigo. Ao lado há outro banheiro que conta apenas com um vaso. No quarto seguinte, uma cama, dez cadeiras de rodas e dois criados mudos antigos. A janela é de madeira larga com aproximadamente um por dois metros, conforme a arquitetura da época de sua inauguração.

O quarto seguinte conta com duas camas de madeira, um armário de cozinha e uma cômoda pequena e velha. O piso é aqui moderno, fruto de reformas empreendidas nesta parte do asilo. Até as camas têm detalhes que assinalam o quão novas são. Neste quarto a janela é de vidro e não mais de madeira como a outra parte do asilo. Há aqui uma porta que leva a um quarto com cinco camas, de forma que dois armários antigos dividem espaço com um armário novo.

No outro quarto, com bonecas espalhadas por todos os lados, há dois ambientes, um com sete camas (sendo seis de hospital e uma de madeira com aparadores laterais) e outro com onze camas de hospital em meio a quatro pequenas cômodas. As bonecas remontam as problemáticas pelas quais os velhos passam, já que conforme assinalado por Bosi, eles deveriam desempenhar uma função social de lembrar, contar e ensinar aos mais jovens, mas quando não há para quem lembrar, contar e ensinar, quais desdobramentos podem ocorrer? Talvez essa resposta careça maiores estudos, mas a consequência mais nítida é a carência afetiva. Neste mesmo quarto também os pisos são modernos, já que este quarto foi reformado recentemente (pouco antes da morte de Aspásia), de modo que se destaca o

contraste da modernidade com a arquitetura antiga. Há um banheiro com um vaso e um armário embutido: vaso novo, armário antigo.

No quarto seguinte há treze camas, um banheiro com dois vasos, e janelas, que são de vidro e diferem da arquitetura original, enquanto o piso é antigo, tal qual os armários brancos de madeira e cômoda velha ao canto.

Depois desse quarto, há um marcadamente moderno varandal, que consiste em uma sala de reunião, e possui um piso inferior onde ficam os homens, enquanto no superior as mulheres passam o dia.

No asilo há um enorme pátio em frente ao varandal central, em que existem parreiras de uvas, buritis, plantas, gramas e junto a isso há bancos antigos de madeiras presos ao chão. Há também frutas como: mangustão, caju, limão, mamão, ata, conde, banana. Existe, ao lado da residência das freiras, uma horta com: morangos, cebolinha verde, couve, jiló, berinjela, tomatinho, chuchu, laranja; e a sua época, também há: abóbora, mandioca, etc. Como é possível perceber, dois espaços são chamados de varandal, um na entrada (com visão de quem vai entrar no asilo), onde o antigo se destaca, embora haja uma televisão de entretenimento; e outro novo que é dividido em dois andares, em que embaixo ficam os homens e em cima as mulheres.

O asilo é todo adornado por flores sejam as naturais do pátio, sejam as artificiais no: quintal, varandal, residência, apartamentos, na ante-sala da capela.

4.3 Jornada diária no asilo

Tão metódico é o cotidiano no asilo, que a presença do pesquisador faz o ambiente diferir em muito do dia-a-dia. Às vezes, mesmo quando os olhares não se voltam para o pesquisador, estão comunicando entre si acerca dele. Os internos sentam-se diariamente nos mesmos cantos dos bancos, da mesma forma. Outro exemplo desse metodismo é uma interna que quando está na hora do almoço e ela está na fisioterapia, ela pára com tudo e se dirige ao refeitório, no horário de costume.

O dia no asilo começa às 05h 30min, quando os enfermeiros começam a abrir as portas dos quartos, e logo os internos começam a sair, alguns vão para o varandal e outros para o pátio.

Às 06h no refeitório, uma interna surda e muda (que tenta se expressar com os visitantes, mas é difícil a compreensão porque os internos têm uma linguagem própria, embora muitos elementos da fala deles se assemelhem aos de Língua Brasileira de Sinais), arruma o café da manhã, colocando sobre a mesa uma xícara, um pires e um pão e em alguns lugares um prato ao invés de xícara (porque alguns não conseguem mastigar bem, sendo preciso destrinchar o pão). Neste refeitório sobre a mesa velha, há um forro de plástico, ou seja, novo; e se o piso no refeitório é antigo, na cozinha é novo.

Já às 6h 30min as irmãs dirigem-se à capela para fazerem oração, enquanto os internos começam a se dirigir ao refeitório; e as funcionárias levam o café da manhã para o varandal e para os que não podem caminhar até o refeitório. Na ante-sala da capela, ao lado de imagens sacras há aparadores antigos. Pela manhã, as funcionárias lavam os quartos e o corredor, sob ajudas de algumas internas.

Às 11h ocorre o almoço dos internos. Almoçam espalhados pelo asilo e acabando isso, cada um vai para o mesmo lugar todos os dias, ou seja cada um vai para o mesmo banco de costume, sentando no mesmo lugar.

Às 12h é o almoço das irmãs. Embora *a priori* as freiras tenham dito tratar-se da mesma comida, averiguamos que no cardápio delas eram adicionados elementos que não poderiam estar contidos no cardápio dos internos como frituras de carne com osso. Todavia, mais importante que o cardápio é perceber que sobre o piso de madeira, sobre uma mesa de madeira e sobre uma arquitetura velha figuravam vasilhas de plástico, isto é, em meio ao antigo, o novo.

Quando ocorre dançoterapia ou desenhoterapia o lanche é mais cedo às 14h 30min, sendo nos outros dias às 15h. Essas atividades ocorrem um dia por semana por professores contratados pelo asilo. A prof^a Lucia (italiana que montou em Goiás uma escola que tenta resgatar referenciais culturais, sobretudo, africanos) trabalha a desenhoterapia (e recebe por isso R\$ 200,00) e o professor Pio ensina dança (recebendo R\$ 300,00). Nestas atividades, é claro, não são estudadas técnicas de dança e pintura, mas trata-se de um espaço que os

internos têm para externalizar suas impressões de mundo. Aqui também há o embate entre o novo e o antigo, seja na folha de papel sobre a mesa velha, seja no estar sobre o antigo, dançando ritmos novos.

À tarde há tarefas variadas, como a equoterapia, que por sua vez deixa em alvoroço os internos ao subirem nos cavalos.

Diariamente, por volta das 18h, um grupo vai para a porta do asilo, em geral, são aproximadamente sete, distribuídos: dos lados esquerdo e direito do portão; sentados no meio fio; e sentados na pequena praça em frente.

Uma atividade que ocorre toda segunda-feira pela tarde é das costureiras voluntárias, que neste dia da semana, das 13h às 17h, trabalham nas máquinas velhas, com panos novos comprados pelo asilo para coser as vestimentas dos internos. Fora este trabalho voluntário, uma vicentina visita o asilo às quartas-feiras, ajudando nos serviços cotidianos. O voluntariado é pequeno, havendo pequenas participações sociais, como uma manicure, que esporadicamente visita o asilo, pintando as unhas das internas.

A irmã Acirema, logo da nossa chegada, respondendo à pergunta sobre como se processa o cotidiano do asilo, assinalou não o que havia nesse cotidiano, mas o que faltava: afeto dos familiares. A família dos internos raramente os visita, deixando-os carentes. A indignação da freira com a pequena ou inexistente visita dos familiares, incitou-nos a lembrar a irmã Aspásia, que procurava pelos familiares dos internos para lembrá-los das datas dos aniversários advertindo que faria uma festa, e mesmo assim, eles não eram visitados. Ir. Aspásia disse a um deles depois de ter tido uma festa de aniversário: “Olha você esquece sua família, porque ela te esqueceu, agora eu sou sua mãe”. Além disso, uma interna, com retardo mental e surda-muda carrega todo o tempo uma boneca, expressando ser sua amiga, ilustrando, talvez, uma carência não suprida por ausência da familiar. Aliás, a amizade com esse objeto boneca é freqüente no asilo. O fato é que as falas quanto ao que falta ao bom andamento do asilo está quase sempre envolto no plano do abstrato, da sociabilidade, do sentimento, e em bem menor proporção há uma preocupação com o material, com a necessidade de bens móveis novos para complementar a vida dinâmica do asilo. Outro exemplo de destaque imaterial ocorreu quando na chegada, uma interna, Inês (surda-muda), de pronto lembrou a Ir. Aspásia com gesto de carinho e saudade como se agradecesse a

dádiva maussiana (MAUSS, 2001) da afetividade empreendida pela freira, que os chamavam de filhos.

As irmãs, porém não descartam as dificuldades financeiras no cotidiano do asilo, que por sua vez é patrocinado pelo dinheiro proveniente dos convênios médicos (como o SUS) que pagam à fisioterapia e equoterapia. Quando esses serviços não existiam era a Ir. Aspásia que custeava parte das despesas (recebia aposentadoria de R\$ 1500,00). Em verdade, o asilo possui várias residências na cidade, cuja razão original era a de servir de mantenedoras do asilo via a cobrança de aluguéis, porém, com o passar dos anos, a Ir. Aspásia deixou de elevar o preço desses aluguéis que tornaram-se irrisórios, além do fato que há quem há vários anos não paga aluguel e a irmã jamais teve coragem de despejar e, em respeito às atitudes da Ir Aspásia, as atuais irmãs dirigentes seguem os mesmos princípios da antiga “matriarca”.

Na tentativa de averiguar se em meio ao convívio com o antigo faltavam objetos materiais novos, perguntamos a um dos internos, Francisco, o que ele gostaria que existisse no asilo; o interno respondia incessantemente que queria sua família, de modo que envolvia o sagrado em sua resposta; aliás, importa-lhe muito a leitura da bíblia toda noite, já que pede insistentemente às irmãs para que leiam para ele. Mas, disse também: “Eu queria arranjar um emprego, ter dinheiro para comprar uma casa e um carro para mulher dirigir, mas só Deus é que sabe quando vai dar porque ele é muito bom” (informação verbal). Então, mesmo envolvendo objetos materiais, como casa e carro, envolve o sagrado e a afetividade de alguém, incitando-nos a compreender que a carência de afeto, ultrapassa a necessidade de consumo.

Identificamos três mulheres completamente sãs (Vitoriana, Tiazinha e Vigília) e uma que expressa-se de forma clara, mas sofre de esclerose múltipla, a senhora Maria Botelho. Além disso, há o citado senhor Francisco que sofre de esquizofrenia, mas os remédios controlam a doença. Vitoriana, uma dessas senhoras, relata que nada lhe falta no asilo e o que mais gosta é das irmãs e da Romilda que serve café; mas ela se entristece facilmente ao lembrar da morte da Ir. Aspásia e agradece à dádiva de sua dedicação plena aos internos. Ao indagá-los o que representa a estrutura predial enquanto referência de bens culturais, os internos não reconhecem o valor histórico do asilo, afirmam que “é bom aqui, tem espaço,

mas o melhor é que tem muita gente” (Tiazinha, informação verbal). Notamos, então, que novamente é a esfera dos afetos que vale mais que os objetos da modernidade.

Os internos parecem adaptar seu cotidiano harmoniosamente aos bens materiais que têm acesso. Aliás, a adaptação é algo bastante curioso no asilo. Lá os internos inventaram uma linguagem em gestos que se assemelha a Libras, mas que é peculiar deste lugar, de modo que só eles se entendem. Até mesmo alguns internos que ao chegarem no asilo sabiam falar, comunicam-se por esses gestos inventados.

Outra comunicação ocorre através da televisão. Em meio ao antigo, a televisão nova é impressionantemente assistida por deficientes mentais, surdos e mudos. Cada um tem o lugar certo onde sentar no banco antigo e acabada a novela olham-se e levantam-se devagar até que uma interna, Inês, desliga a televisão e começa a chamar os colegas para dormir.

A televisão também é assistida à noite na residência das freiras. As irmãs Acirema e Minervina assistem a uma televisão da década de 90, sobre uma cômoda do século XIX; sentadas em cadeiras velhas ao lado de sofás novos.

A preservação material parece parte de um complexo planejamento estratégico empreendido no asilo, para sua devida existência. Como exemplo claro desse planejamento podemos perceber a alocação de uma interna bastante doente em um quarto que é ao lado da enfermaria, e fica ao mesmo tempo em frente ao corredor onde as irmãs passam o tempo todo.

A despeito das necessidades materiais, o cotidiano em um asilo é marcado pela debilitação física de seus internos. Em um momento da visita, uma das internas, Maria do Rosário, chamada de Tiazinha, carregava um balde de plástico com capacidade para dez litros com mais da metade de água e aguava as plantas com uma garrafa *peti* partida ao meio; *a priori*, visando não interferir no cotidiano, nenhuma ação foi tomada para ajudar no esforço de carregar o balde, mas esta interferência foi necessária quando a senhora começou a cambalear; de maneira que mais que objeto novo, a interna precisava do estar próximo para conviver com o natural. Enquanto narrava seu triste passado em que não tinha ninguém e foi morar com um homem que a batia e a deixou-a cega de um olho; Tiazinha não parava de agradecer a ajuda de carregar o balde, dizendo que ninguém a ajudava a aguar as plantas e que isso era de grande relevância a ela.

Outra interna sã é Vigília, que paralisada pelo derrame fica impedida de fazer uma série de atividades; com isso senta-se em uma cadeira de alumínio nova, com os pés em um banco baixo e antigo. Para Vigília é grande a gama de comportamentos permitidos em um asilo que abriga deficientes mentais, de forma que se contrasta com a rigidez de “sua época”. Mas, não lhe é tão importante a “liberdade” de comportamento quanto a falta de seus familiares (ela possui uma irmã e dois irmãos que não a visitam). Assim, mais uma vez a carência do cotidiano está no campo da afetividade.

Uma outra interna, Iraci, deixa claro que quer reclamar. Logo, supúnhamos que relataria a dificuldade de convívio com o patrimônio cultural “antigo”, mas a reclamação referia-se a desorganização dos colegas deficientes.

Embora, falte afeto, as irmãs se desdobram para supri-lo. No varandal a irmã Acirema brinca de esconder com os internos, indaga como estão, etc. A doçura com que a irmã trata os internos, lembra a dedicação da Ir. Aspásia. Com respeito a Ir. Acirema, Vitoriana diz que: “É tão boa que sentimos que ela gosta de nós de verdade.” A irmã Acirema Vieira de Souza é uma intelectual que procede de forma vivaz em seu trabalho administrativo social, que aliás ela não esperava, já que tinha outros projetos para sua vida.

A maior conhecedora do asilo, porém, é a irmã Verônica, que narra como era produzido vinho no porão do asilo, mostrando o cesto de colher frutas, onde a uva ficava depositada por oito dias para depois ser fermentada, depositada no barril e engarrafada. Fora os barris que estavam impossibilitados de restaurar e que, conforme a Irmã Verônica, “tinham virado lenha”, estão guardados os objetos da produção de vinícola. Aqui, porém, não há o mesmo convívio antigo-novo, já que a prensa, as cestas e outros objetos estão guardados no porão como referências culturais capazes de ilustrar a história do asilo, mas não são comumente utilizadas como os demais materiais “antigos”. Irmã Verônica afirma que guarda esse material para preservar parte da memória do asilo, de um tempo em que as ajudas voluntárias e governamentais eram insuficientes. A figura 06 elucida as características materiais do porão.

FIGURA 06 - Porão do asilo com Ir. Verônica ilustrando: a) a fabricação de uvas das cestas das colheitas e do tanque de produção; b) a prensa das tampas das garrafas (PRUDENTE, 2006)

a)



b)



O porão do começo do século XX não é mais aquele designado para a senzala, aqui o porão é organizado com tanques (conforme Figura 6a) e com locais para o depósito da uva (conforme 6b, atrás da freira com a prensa), assim até sua serventia de trabalho escravo para produção vinícola por freiras é uma marca do novo contexto em que o prédio se inseriu.

4.4 Os significados das atividades cotidianas em meio ao antigo

Embora esteja atualmente difícil de identificar uma faixa etária para idosos, em razão da maior longevidade e envelhecendo da sociedade nas últimas duas décadas conforme afirmou Debert, visualizamos o discurso de Ecléa Bosi não apenas nos internos, mas em uma das dirigentes do asilo, a Irmã Verônica, no tocante ao considerar “seu tempo” como aquele tempo em que atuou ativamente na comunidade em que estava inserida. Ao narrar seus primeiros anos trabalhando no asilo, a irmã afirmou: “No meu tempo, foi muito sofrimento...”. Assim, Bosi nos assegura que a participação da irmã Verônica foi, no “seu tempo”, uma participação ativa, o que significa não apenas ter observado, mas atuado em seu meio.

A diversidade, sob a perspectiva ontológica, é acentuada no asilo. Há pessoas saudáveis, pessoas portadoras de necessidades especiais, outras pouco doentes e outras muito doentes. Embora a maioria irretorquível seja de idosos, a diferença etária também é marcante e Beauvoir ensinou-nos que uns sentem-se velhos por causa dos outros que assim os percebem.

Deve-se salientar que o mais importante é que não são apenas as memórias dos excluídos o objeto da preservação cultural, mas o edifício. O estilo arquitetônico é importante como peça que representa o passado. Em 2002, ao ser REhomologado o conjunto arquitetônico a ser tombado na Cidade de Goiás, o asilo insere-se no entorno deste conjunto, sendo considerado um bem de relevância histórico-cultural, ou seja, está aí inserido por manter referências culturais e materiais, que embora não sejam oitocentistas, mantêm uma referência arquitetônica do desenvolvimento histórico da cidade, assinalando este desenvolvimento no início do século passado. O asilo não “parou” no tempo, mas engendrou um modo de vida que preserva o passado, mas empreendendo mudanças. A Ir. Verônica narra sobre as diferenças de décadas atrás, ressaltando que:

A diferença de hoje é muito grande mesmo: nos materiais, nos móveis. Aumentou muito. A enfermaria foi ampliada duas vezes mais. Onde os internos (varandal) estão agora foi ampliado bastante. Muita coisa que não tinha antes, tem agora, por exemplo: a enfermaria; a fisioterapia; a equoterapia; o dormitório; o varandal das mulheres em cima e embaixo os dos homens. A parte de baixo já existia, a outra parte de cima foi depois (informação verbal).

O Asilo São Vicente de Paulo deve-se firmar como um elo de transição de estilos arquitetônicos de contextos históricos diferentes, para tanto é preciso reconhecer sua importância para o conjunto arquitetônico da cidade. Colocá-lo no Entorno equivale a colocá-lo novamente na periferia como na época de sua inauguração. Talvez o problema seja que a preocupação com o espaço enquanto referência histórica também é colocada na periferia das preocupações sociais. A sociedade não mais se envolve com o cotidiano do asilo, conforme no início do século XX.

O cotidiano no asilo concilia a preservação com as mudanças decorrentes da modernização das atividades. O antigo, sob a figura do que fora criado no começo do século passado, e o novo, consistindo nos elementos pertencentes às últimas décadas deste mesmo século, convivem em um mesmo espaço social. Pode-se averiguar o encontro do antigo e do novo em incomensuráveis momentos: as cadeiras velhas ao lado de sofás novos; o armário antigo ao lado de cestas de plástico; o escritório com computador um ambiente antigo; a residência das freiras carregada do antigo e do novo como a mesa de madeiras sob vasilhas de plástico; o vaso novo com o armário antigo no banheiro; o forro de plástico sobre a mesa nova; os bancos antigos de madeiras ao lado de bancos novos; enfim, o estar sobre o antigo, dançando ritmos novos.

O historiador da religião Certeau (1996) tece reflexões acerca dos lugares e espaços no cotidiano; de forma que define esse cotidiano como:

O cotidiano é aquilo que nos é dado cada dia (ou que nos cabe em partilha), nos pressiona dia após dia, nos oprime, pois existe uma opressão do presente. Todo dia, pela manhã, aquilo que assumimos, ao despertar, é o peso da vida, a dificuldade de viver, ou de viver nesta ou noutra condição, com esta fadiga, com este desejo. O cotidiano é aquilo que nos prende intimamente, a partir do interior. É uma história a meio de nós mesmos, quase em retirada, às vezes velada. Não se deve esquecer este ‘mundo memória’, segundo a expressão de Péguy. É um mundo que amamos profundamente, memória olfativa, memória dos lugares da infância, memória do corpo, dos gestos da infância, dos prazeres. Talvez não seja inútil sublinhar a importância do domínio desta história ‘irracional’ ou desta ‘não-história’ (CERTEAU, 1996, p. 31).

Logo, o nosso cotidiano é (re)inventado por nós mesmos e não pode-se olvidar das memórias que o compõem. O cotidiano não é somente um espaço de construção de atitudes, mas de afirmação de identidades.

Assim, a identidade do asilo é afirmada por um cotidiano metódico que preserva os bens culturais que possui, que pratica assistência social com idosos e portadores de necessidades especiais e que está diretamente relacionado com a igreja, seja ela institucionalizada na figura dos dominicanos, seja ela vicentina, e, pois, leiga.

No asilo o cotidiano é metódico. São verdadeiros rituais diários coletivos, que lembram Halbwachs (1999) no que tange a cada indivíduo ser parte da memória coletiva do todo. Ou seja, cada interno do asilo compõe uma parte do todo, no qual as memórias são processadas. Quanto a esse metodismo a Ir. Verônica afirma que:

Os internos têm uma vida muito metódica, mas muito metódico mesmo. Ninguém sai da linha, se sai tem outra interna que pega e traz pra cá, se eu sento neste lugar aqui, só eu é que sento. Se vem uma e senta, a responsável daquele grupo vem aqui tirá-la (informação verbal).

Os varandais são, junto ao imenso pátio, os lugares onde são estabelecidas comumente relações de sociabilidade. Percebemos que a poética dos objetos envolta na espacialidade do asilo (BACHELARD, 1988), ao invés de requerer uma materialidade nova para a efetivação do dinamismo social, essa poética leva a apropriação do passado por meio da utilização dos bens móveis e imóveis antigos, sem substituí-los por novos.

No tocante à localização, o asilo se situa na parte periférica do Centro Histórico, mesmo porque sua construção ocorreu só no começo de século XX, quando já estavam postas as construções da cidade de Goiás que começaram no século XVIII. Todavia, há que se considerar também o valor simbólico e político que levou o asilo a estar situado em um local periférico. Assim, para compreender a localização geográfica podemos nos lembrar da noção da manipulação do espaço estudada por Bourdieu (1989).

Bourdieu (1989, 2001) busca explicar as relações de poder expressas no campo social, revelando as formas implícitas de dominação de classes, em que os campos dominantes se beneficiam de um capital simbólico, difundido e reproduzido pelas práticas sociais, permitindo-lhes o exercício do poder. Para tanto, é preciso que o poder seja

legitimado pelo outro para surtir efeito. Neste sentido, os sistemas simbólicos e sistemas de comunicação inscrevem-se na tentativa de estabelecer um sentido imediato do mundo social, possibilitando uma concordância entre os atores sociais.

Conforme Bourdieu (2001), o efeito ideológico e político desse poder simbólico, produz a cultura dominante, que ao mesmo tempo que une pela comunicação também separa pela distinção, designando as demais culturas como subculturas.

Para analisar a ocupação social do espaço manipulada pelas relações estabelecidas, Bourdieu recorre aos três conceitos por ele desenvolvidos: noção de campo, *habitus* e capital simbólico.

Para Bourdieu (1989), o campo é um complexo universo de relações objetivas, sendo que cada campo tem sua especificidade e sua dinâmica próprias, havendo, porém interdependência entre subcampos. A noção de campo social consiste numa estrutura de relações sociais, num espaço socialmente estruturado, cujos limites só podem ser determinados em cada situação. Para Bourdieu (2001), o campo refere-se a uma conformação de relações socialmente distribuídas em hierarquia de posições, tradições, instituições e história, de modo que a disposição social permite agir conforme as possibilidades existentes no interior da estrutura objetiva, de onde advém o *habitus*, que por sua vez atua como uma força conservadora interiorizada no campo social.

Os fatores determinantes da posição espacial no campo social passa pela análise das estratégias dos princípios de diferenciação que condicionam a ocupação do espaço social. Na sociedade contemporânea, as posses de capital econômico e de capital cultural determinam a distinção social, de forma que os sujeitos ocupam espaços pautados na quantidade e na espécie de capitais que detêm. Com efeito, os agentes distanciam-se gradativamente da esfera social em consonância com a diferença do volume e o tipo de capitais. A riqueza econômica ou capital econômico e a cultura acumulada (ou capital cultural) geram internalizações de disposições, os *habitus*, que levam à diferenciação dos espaços ocupados pelos atores sociais, que por sua vez contestam ou aceitam determinados parâmetros redefinidores das bases da sociedade conforme portam um *quantum* de capital (seja cultural, social, político, artístico, ou econômico) (BOURDIEU, 1989).

É possível notar que a periferia pertence aos excluídos e que o asilo foi construído na periferia. E ao se delimitar o patrimônio da Cidade de Goiás, novamente o asilo foi recolocado na periferia, ou no que o IPHAN denomina “Áreas de Entorno”. Embora o tenha considerado relevante histórico-culturalmente, o IPHAN contribuiu para a sua marginalização, reforçando como espaço desagregador, um espaço dos excluídos. Contudo, o asilo não fica aparte das atividades cotidianas da cidade, ao contrário, as irmãs buscam a participação do asilo em apresentações teatrais e artísticas em geral. Essa busca assegura a visibilidade, ainda que irrisória, do asilo. A Ir. Aspásia, que nas últimas décadas gerenciou o asilo, participava ativamente das mais variadas atividades sociais. De acordo com profissional do IPHAN Salma Saddi de W. Paiva:

A Ir. Aspásia foi a maior autoridade na Cidade de Goiás nas últimas décadas do século passado, mas é autoridade no sentido pleno da palavra. Suas ações não ficavam só no asilo, mas em toda a cidade. Quando houve a enchente em dezembro de 2000, logo após a conquista do título de patrimônio, foi para a Aspásia que se entregou os mantimentos para serem repassados para quem mais necessitava, porque era ela quem mais sabia quem eram esses necessitados. Ela ajudava toda a cidade.

Assim, o espaço essencialmente periférico, tornou-se, em um entretempo, um espaço central em ações sociais dirigidas à sociedade além asilo.

Na noção de velhice de Bobbio, em que o *status* social do velho foi perdido levando-o, hoje, de um sábio a um problema, o asilo seria, então, o espaço de alocação desse “problema”. O asilo configura-se assim, não apenas como um espaço de inclusão, mas de segregação social, isto é, um local onde “deposita-se” um indivíduo que não se insere nos padrões da sociedade e que por isso deve ficar isolado. Ora, há internos no asilo que têm famílias na Cidade de Goiás que poderiam conseguir sustentá-los e incluí-los socialmente em seu meio, mas, ao invés disso, sequer visitam seu parente segregado tão próximo a eles, conforme lamenta a Ir. Acirema. Assim, o Asilo São Vicente de Paulo talvez exista em razão das muitas características capitalistas, como as idiosincrasias, as intolerâncias, os xenofobismos, os racismos, os homofobismos, os segregacionismos e os estigmas matizados na sociedade contemporânea, que demandam a separação de quem não se insere nos padrões modernos.

A sociedade atual capitalista, patriarcal e branca em muito se difere do asilo (embora este esteja nessa sociedade e sua existência se deva à carência financeira da cidade como resultado de sua história), pois enquanto falta espaço na vida moderna para os socialmente excluídos (como exemplo tem-se o próprio fato de terem a maioria dos internos sido renegados pela família), o asilo dedica-se a esses excluídos. O fato de as irmãs dedicarem suas vidas aos excluídos socialmente (se por excluídos entendemos aqueles que não fazem parte do ideário ocidental de saúde e beleza), então há clara diferença com o tempo de modernidade socialmente construído.

É possível perceber que não são apenas as ordens religiosas que fizeram e fazem parte do asilo, na sua construção há a presença da comunidade com dezenas de voluntários, de crianças, e há o reconhecimento pela sociedade do asilo como centro social, conforme depoimento da Tia Tó, mas este asilo, situado na periferia não por acaso, é sim um espaço de segregação por abrigar os que a sociedade abnega. Mas, quanto ao prédio do asilo, o reconhecimento do IPHAN não abarca a dimensão histórica? Então, por que ela não é reconhecida pela sociedade? Aliás, com adequada averiguação verifica-se que até enquanto espaço social ainda carece maior reconhecimento, ora, antes da instalação do prédio pagava-se aluguéis e agora que possui as casas para alugar não recebe esses aluguéis da sociedade. Isto é, o Asilo São Vicente de Paulo carece de reconhecimento da relevância histórica, como um transitor do século XVIII para o século XXI, mas também enquanto espaço acolhedor do socialmente excluído.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Cidade de Goiás remonta o século XVIII, tendo se propulsionado no ciclo do ouro e entrado em decadência com o fim deste ciclo. O século XIX é marcado por fome e miséria e é dessa forma que o estado entra no século XX, com pobreza e hegemonia política pelos Bulhões. Essa situação muda-se apenas com o advento da Revolução de 1930.

O objeto de estudo aqui, o Asilo São Vicente de Paulo, deve ser considerado patrimônio cultural pelo conjunto arquitetônico que possui e pela relevância desse conjunto para a harmonia social, já que separa da sociedade aqueles que ela não quer em seu convívio. O Asilo São Vicente de Paulo foi construído antes da Revolução de 30 que mudou o cenário político e econômico do estado. Sua inauguração no ano de 1909 foi ainda na época em que a pobreza era fortalecida. E é a existência dessa pobreza que condicionou a abertura pela igreja de um espaço para mendigos socialmente marginalizados. Da igreja,

foram os vicentinos, que carregam a bandeira da caridade, que trataram de impulsionar esse espaço de sociabilidade com a ajuda dos dominicanos.

A Igreja, instituída no Brasil com a vinda dos jesuítas, adota o regime do Padroado com o Estado e, tempo depois, ocorre a romanização e a Igreja Católica busca minimizar as ações das Irmandades, que são controladas pelo Governo Provincial. Interessante, porém, é que é nesse momento, que os confrades vicentinos, leigos, preocupam-se em reunir-se em torno da construção do asilo. A construção tem o apoio dos dominicanos, já que estes gerenciam o espaço desde sua inauguração, buscam impor seus valores ocidentais. Ao tentar instituir que “a caridade foi sempre um dos atributos do povo goyano”, o Anuário para o ano de 1910 revela a necessidade de impor valores ocidentais cristãos como se estes “sempre” tivessem existido.

Dentre os moradores do asilo estão os velhos e os deficientes, aqueles guardadores de memórias (de “suas épocas”, mas não do asilo, já que há uma descontinuidade de atores sociais neste espaço) e conhecedores de referências culturais marcantes no processo de identidades, e esses indivíduos que carecem de apoio social. O *status* social do idoso rebaixado na sociedade atual como um problema ancora a existência de um espaço que o acolha. Este espaço de assistência social que abriga também os portadores de necessidades especiais, não teve aqui um estudo detalhado, já que o trabalho requeria não mais do que se reafirmasse a importância do meio como um apoio ao desenvolvimento dessas pessoas, bem como as causas dessas necessidades.

O século XIX, marcado por pobreza na Cidade de Goiás, teve como característica também um grande número de transtornos mentais, demandando um espaço de alocação dessas pessoas como último avatar segregacionista, que teve a caridade situada no baricentro do campo social.

As relações inscritas nesse espaço vão delineando uma identidade local. O espaço arquitetônico do asilo é Área de Relevância Histórico-Cultural e como tal constitui-se de bens e valores que portam referência à identidade do grupo, sendo, pois, um dos elementos essenciais a exercício da cidadania.

Quando nos anos 20 houve um movimento relacionado à preservação do patrimônio histórico no Brasil, resultando na criação do SPHAN e no Decreto-Lei nº 25, percebeu-se a

importância de preservar e difundir o patrimônio para o fortalecimento identitário. Entretanto, só mais tarde, na segunda metade do século XX é que ampliou-se os bens tangíveis e intangíveis merecedores de atenção, surgindo um novo modo de se pensar em democratização do patrimônio e na apropriação do bem simbólico. A partir de então, as problemáticas discutidas também ampliaram-se, possibilitando que José Reginaldo Santos Gonçalves analisasse o problema de (in)autenticidade e da reprodutibilidade benjaminiana, sob as esferas das cidades históricas Colonial Williamsburg, nos Estados Unidos, e Ouro Preto, no Brasil, que são construções de ficção, mas são importantes por mostrar que houve um momento em que valorizou-se a ficção e a reprodutibilidade técnica.

Embora a Ovat tenha atuado desde 1965 em parceria com o Iphan, para “resgatar” tradições, o patrimônio cultural da cidade estava indelevelmente marcado em seus moradores, o que pode ser percebido no convívio com mobiliários e arquitetura do passado. Além disso, Goiás, não tem o tom de ficção que tem Williamsburg quando coloca atores para encenar o passado.

O asilo São Vicente de Paulo tem raízes: econômicas, com a pobreza instaurada historicamente no século XIX; políticas, com a preocupação maior de disputa política entre Bulhões e Caiado; sociais, com a quantidade de portadores de necessidades especiais, mendigos, e idosos socialmente excluídos; e religiosas com as ações, supervisionadas pelos bispos e padres, da Conferência da Sociedade de São Vicente de Paulo implantada em 1885.

O asilo faz parte dos monumentos de valor histórico-cultural da Cidade de Goiás. Portanto, é necessário compreender o desenvolvimento da noção de Patrimônio Cultural e de suas problemáticas atuais como a noção do autêntico. Fora o discurso de autenticidade de locais que são patrimônio como Williamsburg e Ouro Preto, é interessante averiguar que ambos foram “reiventados”, não havendo uma continuidade da vida urbana que ao mesmo tempo que se dinamizava preservava referências culturais; é claro que Ouro Preto não encenou seu cotidiano como Williamsburg, não podendo, portanto, ser comparado a ela. Por outro lado na Cidade de Goiás, embora a Ovat tentasse reinventar tradições, na verdade, os referenciais culturais da cidade foram preservados, mas com esta instituição, sob parceria do IPHAN, foi adquirindo novos símbolos. Nestes símbolos que priorizam alguns referenciais

em detrimento de outros, a historiografia goiana não dá o devido reconhecimento ao Asilo São Vicente de Paulo, já que este é nela pouco analisado.

Contudo, o asilo é responsável por preservar referenciais culturais do início do século XX, aliás, se assim não o fosse não estaria inserido no conjunto de bens de relevância histórico-cultural da cidade.

Ao asilo falta maior reconhecimento de seu valor histórico e sócio-cultural, já que sua implantação na periferia até sua demarcação como entorno, asseguram a ele uma posição de guardador dos “invisíveis”, ou seja, aqueles que a sociedade não quer junto a si, mas ele “guarda” também uma riqueza patrimonial, mormente, no sentido de preservar um prédio arquetipo das transições ocorridas historicamente.

Percebemos em toda a visita que o novo e o antigo convivem harmoniosamente, ou seja, o asilo não ficou estagnado, mas se desenvolveu guardando resquícios da época de sua inauguração. O cotidiano abarrotado de metodismo difere da sociedade consumista capitalista e preserva seu patrimônio, conciliando preservação e mudanças das atividades por razões modernizadoras. Com relação à ocupação periférica do asilo, deve-se considerar que a hermenêutica do mundo social leva em conta que a relação de significado passa pela relação de força entre os atores sociais; esta força culmina na polarização entre uma cultura dominante e outra que surge como subcultura e assim geram-se espaços cuja ocupação social é composta pelos excluídos, marginalizados e, pois, segregados.

Esta pesquisa não pretende esgotar essa temática, ao contrário pretende ser uma base para o estudo do Asilo São Vicente de Paulo em sua sociabilidade e preservação cultural. Pretendemos entregar uma cópia desse trabalho ao asilo, para que tenham um histórico e repensem nas formas como são estabelecidas as relações sociais frente à preservação do patrimônio material.

Sugerimos a construção de um museu no asilo para que não se percam os objetos materiais da época de sua construção e para que o asilo entre no rol dos espaços visitados na cidade, de modo que conhecendo o asilo seja possível o reconhecimento pelos visitantes de seu valor histórico-cultural, assim o museu serviria até como mais uma fonte de recursos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, João Capistrano de. *Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil*. Rio de Janeiro: 1960.

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1985.

ALENCASTRE, J. M. P. *Annaes da Província de Goyaz*. Brasília: Inst. Hist. Geogr. 1864.

AZEVEDO, Francisco Ferreira dos Santos. *Anuario historico, geographico e descriptivo do setado de Goyaz para 1910*. Brasília, SPHAN/8ª DR, 1987.

BACHELARD, G. *A poética do espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

BARREIRA, Cristiano Roque Antunes; MASSIMI, Marina. *Arqueologia fenomenológica das culturas*. Disponível em: <http://www.jf.estacio.br/revista/ARTIGOS/0cristiano_arqueo.pdf>. Acesso em: 12/Fev./2006.

BARTH, Fredrik. *Grupos étnicos e suas fronteiras*. In: POUTIGNAT, Philippe e STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth*. São Paulo: Editora Fundação da Unesp, 1998.

BEAUVOIR, Simone de. *A velhice*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BERGSON, Henri. *Matéria e Memória*. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BERTRAN, Paulo. *Formação econômica de Goiás*. Goiânia, Oriente, 1978.

BOAS, Franz. *Antropologia cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

BOBBIO, Norberto. *O tempo da memória: De senectute e outros escritos autobiográficos*. Tradução de Daniela Versiane. Rio de Janeiro : Campus, 1997.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 3 ed. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre. *La noblesse d'État: Grandes écoles et esprit de corps*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1989.

_____. *O poder simbólico*. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BRASIL. *Constituição Federal*. São Paulo: Editora dos Tribunais, 1999.

CATARINO, Carolina. *Arqueologia e patrimônio*. Disponível em: <<http://www.revista.iphan.gov.br/materia.php?id=133>>. Acesso em: 20 Jan 2006.

CERTEAU, M. de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petropolis: Vozes, 1999.

COSTA, Iraci Del Nero da. *Minas Gerais: estruturas populacionais típicas*. São Paulo: EDEC, 1992.

CHAIM, Marivone de Matos. *Os Aldeamentos Indígenas na Capitania de Goiás*. Goiânia: Oriente, 1978.

DEBERT, Guita Grin. *A Construção e reconstrução da velhice: família, classesocial e etnicidade*. In: NERI, Anita Li-beralesco; DEBERT, Guita Grin (orgs.). *Velhice e Sociedade*. Campinas: Papyrus, 1999.

DELGADO, Andréa Ferreira. *Goiás: a invenção da cidade "Patrimônio da Humanidade"*. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 11, n. 23, pp. 113-143, jan/jun 2005.

DURKHEIM, Émile. *As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália*. São Paulo: Paulinas, 2000.

ELIADE, Mircea. *O sagrado e o profano*. Tradução Rogério Fernandes. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

FV: *Família Vicentina*. Disponível em: <<http://www.fv.org.br/fvBrasil.asp?ID=1>>. Acesso em 01 Set 2006.

FONSECA, C.L. *O Patrimônio em Processo*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Minc-IPHAN, 1997.

FOUCAULT, Michel. *L'ordre du discours*. Paris: Gallimard, 1971.

FUNARI, Pedro Paulo A. *Linguística e Arqueologia*. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-4501999000100008&lng=pt&nrn=iso>. Acesso: 12 Fev. 2006.

FUNDAÇÃO do asilo. s/e, s/d.

FUNES, Eurípedes Antônio. *Goiás 1800-1850: Um período de transição da mineração à agropecuária*. Goiânia: Editora da UFG, 1986.

FURTADO, Júnia Ferreira. *Cultura e Sociedade no Brasil colônia*. São Paulo: Atual, 2000.

GARCIA, Carlos Egea. *La definición del retraso mental de la AAMR*. Disponível em: <<http://usuarios.discapnet.es/disweb2000/Portadas/23jun2004.htm>>. Acesso em 15 Jul 2006.

GEERTZ, Clifford. *The Interpretation of Cultures: Selected Essays*. New York: Basic Books, 1973.

GROISMAN, D. *Duas abordagens aos asilos de velhos: da clínica santa genoveva à história da institucionalização da velhice*. Cadernos Pagu, Campinas, v. 1, n. 13, p. 161-190, 1999.

GONÇALVES, José Reginaldo. *Autenticidade, Memória e Ideologias Nacionais: O problema dos patrimônios culturais*. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/38.pdf>>. Acesso em 20 Jul 2006.

HALBWACHS, Maurice. *Memória coletiva*. São Paulo: Cia das Letras, 1999 [1950].

HEGEL, Friedrich. *Fenomenologia do espírito*. v. 1 e 2. Petrópolis: Vozes, 1988.

HOBSBAWM, E. *A invenção das tradições*. In HOBSBAWM, E. & RANGER, T. , *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HOUTART, François. *Sociologia da Religião*. São Paulo: Ática, 1994. (Série Religião e Cidadania)

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Áreas de Tombamento e de Entorno*. Goiás/GO: IPHAN, 2006.

KANT, Immanuel. *Anthropologie: du point de une progmatique*. 2 ed. Paris: Libraire Philosophique J. Vriu, 1970.

KRYNSKI, Stanislaw et al. *Novos rumos da deficiência mental*. São Paulo: Sarvier, 1983.

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. 14 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

LE GOFF, J. *História e Memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.

LEACH, Edmund. *A diversidade da Antropologia*. Lisboa: Perspectivas do Homem / Edições 70, 1982.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Anthropologie Structurale*. Paris: Libraire Plon, 1958.

LIMA, Tânia Andrade. *Patrimônio arqueológico, ideologia e poder*. II Encontro Nacional de Preservação de Bens culturais – arqui-memória II, no painel “Patrimônio Arqueológico e Paisagístico”, Belo Horizonte, entre 26 e 30 de agosto de 1987.

MACHADO, R. et al. *Danação da norma: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1978. 559 p.

MAGALHÃES, Aloísio. *E triunfo?*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

MAGALHÃES, Sônia Maria de. Abastecimento alimentar em Goiás no século XIX: escassez, carestia e fome. In: I Memorial de ICHS, 2004, Mariana. *Anais do I Memorial do ICHS: 25 anos, 2004a*.

_____. *Alimentação, saúde e doenças em Goiás no século XIX*. 2004. Tese (Doutorado) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista. Franca – SP, 2004b.

MALINOWSKI, Bronislaw. *Argonauts of the Western Pacific*. New York: EP Dutton & Co. Inc., 1922

MARX, Karl. *O Capital*. São Paulo: Abril Cultural, 1997.

MAUSS, Marcel. *Ensaio sobre a dádiva*. Lisboa: Edições 70, 2001.

MEIRELES, Cecília. *Romanceiro da Inconfidência*. Rio de Janeiro: Editora Letras e Artes, 1965.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. *Identidade Cultural e Arqueologia*. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. nº 20, ano 1984, pp. 33-36.

MESSY, Jack. *A pessoa idosa não existe: Uma abordagem psicanalítica da velhice*. São Paulo: Aleph, 1999.

MORAES, Cristina de Cássia Pereira. *As Estratégias de Purificação dos Espaços na Capital da Província de Goiás: 1835-1843*. Goiania: UFG, 1995.

_____. *Reflexões sobre o estudo da sociabilidade na Cidade de Goiás: A origem da liga operária de Santa Luzia – 1911*. Revista Piedade Popular. Lisboa, 1999, pp. 487-500.

NAJJAR, Rosana. *Preservação do Patrimônio arqueológico: identidade e cidadania*. Seminário Cotas da Escravidão, Rio de Janeiro, 2001. DGPC/ Prefeitura do Rio de Janeiro.

NARRADORES *de Javé*. Direção: Eliane Caffé. Produção: Vânia Catani e Bananeira Filmes. Roteiro: Luiz Alberto de Abreu e Eliane Caffé. São Paulo: Lumière e Riofilme, 2003. 1 fita de vídeo (100 min), DVD, son., color.

PAIVA, Salma Saddi Wares. *Nosso 'adeus' a Irmã Aspásia*. Jornal Tribuna Popular, ano I, nº 003, nov. 2005.

PALACÍN Luiz. *Goiás 1722-1822: Estrutura e Conjuntura numa Capitania de Minas*. 2ªed. Goiânia: Editora Oriente, 1976.

_____. *Coronelismo no Extremo Norte de Goiás*. Goiânia/São Paulo: CEGRAF/Loyola. 1983.

_____. *O Século do Ouro em Goiás*. Goiania: UCG, 1994.

PALACÍN, Luiz, MORAES, Maria Augusta de Sant'Anna. *História de Goiás*. 6ªed. Goiânia: Editora da UCG, 1994.

POHL, Johann Emanuel. *Viagem ao interior do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1976.

RIBEIRO, Darcy. *O povo Brasileiro*. São Paulo: Companhia das letras, 1995.

RODRIGUES, Minéia Carvalho. *As novas imagens do idoso veiculadas pela mídia: transformando o envelhecimento em m novo mercado de consumo*. Disponível em: <http://www.proec.ufg.br/revista_ufg/idoso/imagens%20.html>. Acesso em 10 Jul. 2006.

SAINT-HILAIRE, A. *Viagem ao interior do Brasil*. Tradução D. Carneiro. Curitiba: s/e, 1932.

SALLES, Gilka Vasconcelos Fernandes. *Economia e escravidão na Capitania de Goiás*. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1992.

SANDES, Noé F. *Memória e história de Goiás*. In _____ (Org.). *Memória e região*. Brasília: Ministério da Integração Nacional: UFG, 2002. (Coleção Centro-Oeste de Estudos e Pesquisas, 11).

SEGALA, Lygia. *Identidade, educação e patrimônio: o trabalho do Laboep*. Disponível em: <<http://www.revista.iphan.gov.br/materia.php?id=138>>. Acesso em: 20 Jan 2006.

THOMPSON, E. P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. v I. A árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VERDUGO ALONSO, Miguel Angel. *El cambio de paradigma en la concepcion del retraso mental: la nueva definicion de la AAMR*. Salamanca: Ciclo Cero, 1994.

_____. *Investigación en discapacidad: una invitación para el futuro*. Disponível em: <<http://www3.usal.es/~inico/investigacion/jornadas/jornada1/confer/con7.html>>. Acesso em 15 Jul 2006a.

_____. *De la segregación a la inclusión escolar*. Disponível em: <http://www.down21.org/revista/art_prof/A_verdugo.htm>. Acesso em 15 Jul 2006b.

WISNIEWAKI, Eugênio. *Vicente de Paulo missionário dos pobres*. Disponível em: <<http://www.fv.org.br/textos.asp?ID=32>>. Acesso em 21 Ago 2006.

ANEXOS

ANEXO A – Depoimento da Freira Ir. Verônica

Os internos acordam cedo, mas em cada dormitório, tem uma responsável (técnico de enfermagem) para abrir a porta, e eles só saem quando abrem esta porta, entre 05:00 e 06:00. Entre às 7:00 e 7:30 é servido o café geral para os internos, tem uma encarregada de coar o café, escolhida entre os internos, que distribui o café e o pão. Após o café da manhã, tem algum lanchinho leve às 10:00, uma fruta, uma balinha, uma banana, algo assim. Às 11:30, o almoço, 15:00 ou 14:30 os internos têm aula de dança e aula de pintura (os que têm condições), e à noite (também os que têm condições) assistem televisão (novela), em que os internos não falam nada, mas entendem tudo que passa, o que pode ser observado pela reação de cada um, por exemplo: se passa na televisão uma sena de beijo, um abraço, eles acham o máximo; aquele beijo, aquele abraço, é uma alegria e assim segue tudo direitinho.

Os internos têm uma vida muito metódica, mas muito metódico mesmo. Ninguém sai da linha, se sai tem outra interna que pega e traz pra cá, se eu sento neste lugar aqui, só eu é que sento. Se vem uma e senta, a responsável daquele grupo vem aqui tirá-la.

É impressionante a sensibilidade deles, como os internos entendem tudo! Como eles se comunicam rapidamente através de gestos e mímicas! Cada um que entra eles se encarregam de botar um apelido adequado com um jeito dele, se é preto (gesto) se é homem (gesto) se é mãe (gesto) tudo através de mímica. Caso tenha algo na cozinha, por exemplo: se faz uma galinhada, todos na hora que vão comer já sabem que é galinhada, até aquele que não anda, está na cadeira de roda lá no outro pavilhão, mas sabe que, hoje, o almoço é galinhada. Todo mundo já se prepara para aquela galinhada. Eu vou te contar uma coisa que você vai achar graça, um dia eu comprei carne de soja (porque aqui têm muitas pessoas idosas e carne bovina é muito forte) para misturar a carne moída bovina com a carne de soja (não tem diferença nenhuma e tem mais proteína, e proteína é muito forte); e uma funcionária espalhou que era carne de cachorro. Quem já tinha comido comeu, já estava satisfeito, achou beleza, mas quem não tinha comido não quis saber da carne de cachorro. Na mesma hora, todo mundo sabia que era carne de cachorro. Quem estava na metade do prato, abandonou o prato, jogou-o longe, porque a notícia corre velozmente, igual relâmpago. Se chega um homem bonito aqui na porta, na hora que essa pessoa entra, quem está lá no quintal, estica o peito para enxergar na mesma hora e o interno sabe se o homem é bonito, se está vestido assim, ou se o homem está vestido daquele jeito, sabe na mesma hora. Se ela interessa em vir ver ela vem, se não, não vem, mas que ela sabe.

De um pavilhão para o outro pode surgir uma briga felina através de gesto. Vira uma briga terrível através de um gesto que só os internos entendem. Se a coisa é favorável tudo bem, mas se é contra, é uma briga feia, e nós temos que entrar; só não vão aos tapas porque a gente não deixa. Tem um professor de dança dos internos (É a coisa mais linda os internos dançando!) que tem uma que não anda e ele anda de joelhos ao gosto dela. Uma vez eu até orei (Eu fiquei tão sensível!) porque me tocou tanto que as outras que andavam se expressaram, mas ela simplesmente levantou de joelhos, só ergueu aquele braço mutilado, mas dançou, fez o papel dela, dançou direitinho (Parou para falar em gestos com uma

interna, Inez, para saber quantas vezes havia aulas de dança e a interna respondeu que arte era uma vez e dança três vezes por semana).

Eu fiz agora dia 24/08, 70 anos. Quando eu vim pra cá, eu não tinha feito voto perpétuo ainda. Eu entrei no convento com 25 anos. Já passei por muito sofrimento, sou operada da coluna, tenho quatro parafusos na coluna que me incomodam demais. Depois dessa cirurgia eu não tenho agüentado muita coisa não.

Devido o meu tempo de experiência daqui, foi diante dessa necessidade de conhecimento que eu voltei para aqui. Na época da Irmã Gabriela, eu administrava a cozinha, fazia as compras da casa, era enfermeira e era assistente social também. Nós éramos só duas freiras para cento e tantos internos. Na época da Aspásia, já foram conseguindo mais e mais gente. Então, agora já tem um numero razoável de funcionários, mas assim mesmo tem muita coisa a desejar ainda.

No meu tempo, foi muito sofrimento, porque o que os funcionários hoje fazem era nós que fazíamos, por isso que a minha coluna arrebentou. Somos três irmãs, éramos quatro, mas uma foi para o Paraguai. Os internos todos são idosos, mas só idosos mesmo são cinco, a maioria além da idade, tem problemas mentais, inclusive nós temos um que gente recebeu de Goiânia, ele é praticamente louco, é demente, toma três tipos de remédios por dia, a irmã dele consegue pelos institutos e manda, sua a irmã é a Francisca, que mora lá em Goiânia. Ela mandou para cá porque colocar na clínica, de louco... , mas tem hora que ele é muito perigoso, se prender é pior, muito pior, como diz o Leão acuado fica duas vezes mais bravo, então deixa solto. Ele tem mania da gente ler a bíblia todo o dia pra ele, enquanto não lê a bíblia pra ele, ele não fica quieto, em um desses momentos é perigoso ela agredir a gente.

A diferença de hoje é muito grande mesmo: nos materiais, nos móveis. Aumentou muito. A enfermaria foi ampliada duas vezes mais. Onde os internos (varandal) estão agora foi ampliado bastante. Muita coisa que não tinha antes, tem agora, por exemplo: a enfermaria; a fisioterapia; a equoterapia; o dormitório; o varandal das mulheres em cima e embaixo os dos homens. A parte de baixo já existia, a outra parte de cima foi depois.

Eu passei muitos anos fora daqui, eu não vinha muito no asilo. Eu ia à missa e da missa eu voltava. Passei oito anos fora daqui. Fui pra Goiânia, lá eu estudei e me formei por

lá. Fiquei noviciada dois anos como orientadora e formadora. Eu vivia de lá pra cá e de cá pra lá.

Quanto às coisas que existiam naquela época e as que hoje existem, continuam reformadas, renovadas, compradas, mas do mesmo estilo, inclusive a nossas camas, são as mesmas do nosso tempo, acrescentou alguma coisa a mais porque quebrou. Não mudou nada, do refeitório para dentro, nada mudou: o refeitório é do meu tempo; o dormitório é do meu tempo; a garagem do meu tempo; a horta do meu tempo.

Então, a gente vai levando na medida do possível, a gente corre muito pra ver se dá conta, porque pelo tamanho da casa tinha que ter no mínimo umas cinco ou seis irmãs pra dar conta do recado.

No meu tempo, era Capela Vicentina, naquele tempo agora não sei se é Vicentina, porque o diretor desse grupo é de Goiânia e ele foi pra lá. Agora aqui tem um outro, eu não sei como é que está funcionando, porque tenho pouco conhecimento de grupo, quem sabe melhor sobre isso é a irmã Acirena. A Minervina é assistente social e econômica da parte das Irmãs. Ela é tesoureira da província.

ANEXO B – Depoimento da Freira Ir. Acirema Vieira Souza

A equoterapia quando cheguei já era um projeto que a irmã Aspásia já estava encaminhando. Todo o pátio era só mesmo árvores, mangueiras e tudo mais desse tipo. Aí, nós levamos em frente esse projeto da equoterapia. E agora já está funcionando como extensão da fisioterapia. Passa-se por uma avaliação lá na fisioterapia e os profissionais de lá mesmo encaminham e dão continuidade ao tratamento, mas não é só voltado para os internos, mas é aberto a toda a comunidade em geral. Passa-se o atendimento na equoterapia com o fisioterapeuta, com o fonoaudiólogo e com o psicólogo. O atendimento pode ser em

conjunto ou diferenciado conforme o agendamento. O espaço foi inaugurado em Julho e está atuante.

Esses funcionários são contratados pelo asilo, que os paga com o dinheiro do Sistema Único de Saúde (SUS) os convênios e doações, mas que são voltadas a questões exclusivas dos internos, porém os animais foram doados, são cinco cavalos. Há pessoas da população que doam uma quantidade: R\$10,00 ou R\$5,00 por mês ajudando na manutenção desses animais. Eu estou vendo se busco descobrir projetos para estar nos ajudando.

ANEXO C – Depoimento da Freira Ir. Minervina

Nasci e cresci no Pará, em São Domingos e há 5 anos moro em Goiânia na congregação. Já Havia estado no asilo, de Janeiro a julho de 2001, para acompanhar o tratamento da Aspásia e depois fiquei em Goiânia estudando, e quando ela faleceu vim pra cá. Ao chegar estranhei o jeito deles, mas acostumei e acho bom, ao estar de férias sinto saudade. É bom estar com eles.

ANEXO D – Depoimento da Tia Tó (Autolinda B. Borges)

O asilo tem uma importância muito grande para a cidade de Goiás não só por ser filantrópico, mas por todas as ações, como a fisioterapia e equoterapia. É uma das instituições mais importantes de cidade pelo trabalho que social que faz

Nós da comunidade ajudamos, mas são as irmãs benevolentes que fazem o trabalho de 24 horas de acompanhamento.

Eu sou muito grata pelo asilo e toda a cidade também.

ANEXO E – Depoimento de Salma Saddi Wares de Paiva

A Ir. Aspásia foi a maior autoridade na Cidade de Goiás nas últimas décadas do século passado, mas é autoridade no sentido pleno da palavra. Suas ações não ficavam só no asilo, mas em toda a cidade. Quando houve a enchente em dezembro de 2000, logo após a conquista do título de patrimônio, foi para a Aspásia que se entregou os mantimentos para serem repassados para quem mais necessitava, porque era ela quem mais sabia quem eram esses necessitados. Ela ajudava toda a cidade.

ANEXO F – Fotos do Asilo

FIGURA 07 - Fachada frontal do Asilo São Vicente de Paulo (PRUDENTE, 2006)



FIGURA 08 - Base do U formador da área construída do Asilo São Vicente de Paulo (com parreiras de uva em frente) (PRUDENTE, 2006)



09 -

FIGURA
Quadro
localizado

na entrada do asilo com fotos dos internos (com inscrição em baixo: “Aqui tem gente feliz ASVP”, cuja sigla significa: Associação São Vicente de Paulo) (PRUDENTE, 2006)



FIGURA 10 - Porão do asilo (PRUDENTE, 2006).



FIGURA 11 - Pátio do asilo com bancos de madeira do início do século XX, grama, de árvores diversas, onde se destacam os buritis e a proteção para as plantas (PRUDENTE, 2006).



FIGURA 12 - Pátio do asilo com a presença de quatro internos sentados sobre os bancos velhos de madeira (PRUDENTE, 2006).



FIGURA

- Horta do asilo, localizada na parte esquerda, próximo à residência das freiras (PRUDENTE, 2006)



FIGURA 14 – Estacionamento ao lado da horta, construção preservada (PRUDENTE, 2006).



FIGURA 15 –

Instante que delinea a presença de móveis antigos que são utilizados no Asilo São Vicente de Paulo (PRUDENTE, 2006).



FIGURA 16 – Aparador, rico em detalhes, da época dos primeiros anos de asilo (PRUDENTE, 2006).



FIGURA 17 – Mesa e cadeiras cheios de detalhes próprios da mistura instaurada do barroco e vernacular da Cidade de Goiás e do Asilo São Vicente de Paulo (PRUDENTE, 2006).



FIGURA 18 - O velho e o novo: ao lado do armário velho de madeira, um armário de cozinha de metal e plástico. Acima do piso de madeira corrida, utensílios de plástico em cima da mesa (PRUDENTE, 2006).



FIGUR
A 19 –

Objetos antigos localizados no apartamento de visitas: a) cadeira; b) cômoda; c) guarda-roupas e; d) penteadeira (PRUDENTE, 2006).

a)



b)



c)



d)



FIGURA 20 – Pátio com destaque para os bancos velhos. Ao fundo, o lado esquerdo do U formador do Asilo São Vicente de Paulo, onde há, embaixo, cozinha e refeitório e, em cima, apartamentos e residência das freiras (PRUDENTE, 2006).



FIGURA 21 – Pátio com internos almoçando em bancos antigos, mas diferentes dos bancos da figura acima (PRUDENTE, 2006).



FIG

URA 22 – Refeitório do asilo (PRUDENTE, 2006).



FIGURA 23 – Imagem de Nossa Senhora situada ao centro do pátio do asilo (PRUDENTE, 2006).



FIGURA
– Pátio
inferior

24

com acesso ao norte para o varandal (onde embaixo localizam-se os homens e em cima as mulheres) e a noroeste para o centro de equoterapia (PRUDENTE, 2006).



FIGURA 25 – Varandal dos homens, parte debaixo do prédio. Piso, janelas e estrutura modernos (PRUDENTE, 2006).



FIGU
RA
26 -

Cozinha do asilo com funcionária ao fundo e interna à direita, juntas no preparo das refeições. Aqui o piso e a construção são modernos (PRUDENTE, 2006).



FIGURA 27 – Varandal da base do U formador do asilo. A primeira porta à esquerda dirige-se à frente do asilo. Mesas velhas e bancos velhos ao lado de bancos novos (PRUDENTE, 2006).



A 28
dos quartos dos internos. Camas de hospital, armários, janelas e
pisos velhos (PRUDENTE, 2006).

FIGUR
– Um



FIGURA 29 – Centro de Fisioterapia situado na parte direita à entrada do asilo
(PRUDENTE, 2006).



FIGURA 30 – Centro de Fisioterapia situado na parte esquerda da entrada do asilo (PRUDENTE, 2006).



FIGURA 31 – Enfermaria do asilo, próximo à residência das freiras e do quarto dos mais doentes (PRUDENTE, 2006).



FIGURA 32 – Entrada do asilo pela equoterapia, que carrega o nome de sua idealizadora Ir. Aspásia e está localizado na parte sudoeste do asilo (PRUDENTE, 2006).



FIGURA 33 – Recepção da equoterapia, onde são atendidos os internos e a comunidade em geral. A seu lado o prédio formador da parte direita do U. Neste prédio à direita está: na parte superior, varandal das mulheres e na inferior, varandal dos homens e a frente os quartos dos internos (PRUDENTE, 2006).



A 34 – Centro de equoterapia (PRUDENTE, 2006).

FIGUR



FIGURA 35 – Espaço onde vivem os cavalos direcionados à equoterapia, localizado abaixo do Centro de equoterapia da figura acima (PRUDENTE, 2006).



FIGURA 36

– Foto de uma interna surda-muda, Inês, que cresceu no asilo, e é quem mais ajuda na administração deste. Atrás a sala de administração e os apartamentos de visita, enquanto ao lado direito está o pátio do asilo (PRUDENTE, 2006).



ANEXO G – Documento da História de Fundação do asilo

ANEXO H – Cartas de cessões